



UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAPÁ
DEPARTAMENTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
CURSO DE LICENCIATURA EM HISTÓRIA

ERICK DIEGO GUEDES FRANÇA

DA MAZAGÃO MARROQUINA À MAZAGÃO AMAZÔNICA:
APONTAMENTOS ACERCA DE HISTÓRIAS INDÍGENAS.

MACAPÁ-AP

2024

ERICK DIEGO GUEDES FRANÇA

**DA MAZAGÃO MARROQUINA À MAZAGÃO AMAZÔNICA:
APONTAMENTOS ACERCA DE HISTÓRIAS INDÍGENAS.**

Trabalho de Conclusão de Curso - TCC
apresentado por Erick Diego Guedes França ao
Colegiado do Curso de Licenciatura em
História, para a obtenção do título Licenciado
em História pela Universidade Federal do
Amapá.

Orientadora: Prof.^a. Dra. Meire Adriana da
Silva

MACAPÁ-AP

2024

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação
(CIP) Biblioteca Central/UNIFAP-Macapá-AP
Elaborado por Mário das Graças Carvalho Lima Júnior – CRB-2 / 1451

F815 França, Erick Diego Guedes.

Da Mazagão Marroquina à Mazagão Amazônica: apontamentos acerca de histórias indígenas / Erick Diego Guedes França. - Macapá, 2024.
1 recurso eletrônico. 55 folhas.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) - Universidade Federal do Amapá,
Coordenação do Curso de História, Macapá, 2024.
Orientadora: Meire Adriana da Silva.

Modo de acesso: World Wide Web.

Formato de arquivo: Portable Document Format (PDF).

1. Historiografia indígena. 2. Etno-história. 3. Indígenas da Amazônia colonial. I. Silva,
Meire Adriana da, orientadora. II. Universidade Federal do Amapá. III. Título.

CDD 23. ed. – 981.16

ERICK DIEGO GUEDES FRANÇA

**DA MAZAGÃO MARROQUINA À MAZAGÃO AMAZÔNICA:
APONTAMENTOS ACERCA DE HISTÓRIAS INDÍGENAS.**

Trabalho de Conclusão de Curso, apresentado como requisito parcial para obtenção do grau Licenciado em História no Curso de Licenciatura em História, da Universidade Federal do Amapá, Campus Marco Zero.

Habilitação: Licenciatura em História

Data de aprovação

03/05/2024

Banca Examinadora:

Prof.^a Dra. Meire Adriana da Silva
Orientadora
Universidade Federal do Amapá

Prof.^a Dra. Carina Santos de Almeida
Avaliadora
Universidade Federal do Amapá
Campos Binacional

Prof.^a Dra. Simone Garcia Almeida
Avaliadora
Universidade Federal do Amapá

Dedico esta pesquisa à minha avó Otacília. Este trabalho representa a força daquela que nunca pisou em uma Universidade, mas que tem o mérito de muitos diplomas em suas mãos.

AGRADECIMENTOS

Quero agradecer primeiro a Deus na forma que minha mãe me ensinou quando eu era criança: Deus de amor, bondade, caridade e compaixão. Nunca me faltou e sempre cuidou de mim em minhas necessidades. Agradeço também a Nossa Senhora das Graças, cujas preces sempre me foram atendidas, mesmo quando falhei em minhas promessas.

Agradeço a meu pai Adinael, cujos conselhos sempre me foram fundamentais e contribuíram grandiosamente nos momentos difíceis da minha vida e da minha caminhada acadêmica e de quem o exemplo de luta e o amor sempre transbordante foram meus guias. A você, meu pai, muito obrigado! Agradeço a minha mãe Cleide, de quem o incentivo aos estudos e a leitura contribuíram imensamente para a minha formação, de quem o amor incomparável e a bondade imensa foram os guias de todos os meus dias. Foi dela todos os esforços para este momento, quem acreditou e me carregou quando desisti, quem me firmou quando estremei. A mulher mais forte que conheço e também a mais amável. A você, minha mãe, meu muito obrigado!

Agradeço a minha avó Otacília, de quem o amor dileto e a cobrança constante sobre meus estudos me trouxeram até aqui. Ainda hoje, nos seus 96 anos, depois de me abençoar me pergunta: “agora já?” Agora já minha vizinha! Que as minhas ausências por este trabalho sejam compensadas pelo orgulho que a senhora sentirá ao ver esta etapa concluída.

Aos meus tios/padrinhos, Francisco e Marilene, por me acolherem na minha adolescência, contribuírem com a minha formação e serem segundos pais para mim. Foi o incrível e inesquecível período em que moramos juntos que passei os melhores momentos da minha adolescência. Foi nesse período que fiz muitas leituras que me trouxeram até aqui. Da tia Mari, o carinho incondicional de mãe, do tio Francisco, hoje ex-funcionário da FUNAI, o intelectual (além do tio carinhoso, claro) que motivou o tema deste trabalho.

A minha esposa Elaine que me incentivou muito a concluir esta etapa da minha vida e compreendeu magistralmente este processo sem me deixar esmorecer. É também quem contribui diariamente para a realização do maior sonho de todos que é a nossa família. Muito obrigado, meu amor. Agradeço a meus filhos Rafinha, Lívia, Maria e Helena, pela imensa energia que me trazem. A fantástica existência de vocês em minha vida é a força motriz desta conquista.

A minha irmã Katrine, pelo amor e carinho da melhor caçula do mundo, componentes sempre fundamentais em qualquer luta. Agradeço muito ao meu casal favorito, minha irmã Cris e meu cunhado Geovane. Cris cuida de mim e me ama como uma mãe! Sem ela nada, incluindo

este trabalho, seria possível. Geovane é um amigo e irmão de quem o exemplo de vida pessoal, acadêmica e profissional me levam a buscar sempre o meu melhor.

Dos muitos amigos que a vida acadêmica me deu, Bruno tem sido um amigo fiel. Obrigado pelas cervejas pagas só para saber se eu estava bem, pelo carinho, cuidado e incentivo a minha jornada acadêmica e de vida.

Os caminhos incautos aos quais dirigi meu projeto me levaram a muitas dificuldades. O reescrevi tantas vezes quanto me foi possível, mas a temática pouco ou nada se alterou e me trouxe a este texto final. Tal feito só foi possível pela fantástica presença intelectual e de espírito de minha professora/orientadora Meire, cuja tranquilidade, assertividade e paciência me foram fundamentais. Muito obrigado, professora.

Este trabalho é uma realização dos anos da minha vida acadêmica, onde muitos professores me marcaram de forma ímpar. Agradeço a todos por suas contribuições. Agradeço em particular a professora Maura Leal, por quem tenho admiração e carinho. Quando estive em um momento delicado na academia, foi quem, mesmo sem saber de nada, me incentivou a prosseguir e a superar as minhas dificuldades. Esse deve ser o superpoder dos grandes educadores.

[...] os senhores não terão como ficar alheios a mais essa agressão movida [...] pela ignorância do que significa ser um povo indígena, povo indígena tem um jeito de pensar, tem um jeito de viver, tem condições fundamentais para sua existência e para a manifestação de sua tradição.

Ailton Krenak

[...] os velhos cartões-postais não representam a Maurília do passado, mas uma outra cidade que por acaso também se chamava Maurília.

Ítalo Calvino

RESUMO

A partir da década de 1990 novos pressupostos teóricos orientam o que passou a ser chamado nova história indígena, com isso houveram aproximações teóricas entre antropologia e história e conceitos como o de cultura e etnicidade ganharam novos contornos levando pesquisadores a revisitarem fontes coloniais e a considerarem novas fontes em suas pesquisas. No bojo dessas mudanças está a história da Vila de Nova Mazagão, que teve em sua construção fundamentais corpos indígenas, descritos pela historiografia clássica apenas como mão de obra. Deste modo, considerando que observar e refletir as continuidades e rupturas nas produções acerca da história indígena é imprescindível para que o apagamento das histórias destes povos não se repita, objetivamos compreender quais as tendências historiográficas presentes nas produções sobre Vila de Nova Mazagão, publicadas entre os anos de 2008 e 2018. Assim, através da leitura de obras que abordam a história colonial de Mazagão, foi possível perceber o uso de pressupostos teóricos já ultrapassados em estudos sobre as sociedades indígenas. Também foi observado abordagens que refletem sobre a presença e o papel destas sociedades nos diversos setores da Vila de Mazagão, e que as veem dotadas de historicidade. Para compreender a diversidade desses olhares nas obras aqui estudadas, foi utilizado o método da análise de conteúdo para a apreensão dos significados presentes nos discursos produzidos sobre os indígenas da Vila de Nova Mazagão.

Palavras-chave: História Indígena; Etno-história; Indígenas da Amazônia colonial; Historiografia indígena.

ABSTRACT

From the 1990s new theoretical assumptions guide what was called the new indigenous history, theoretical approaches between anthropology and history and concepts such as culture and ethnicity have gained new contours leading researchers to revisit colonial sources and consider new sources in their research. At the core of these changes is the history of the Vila de Nova Mazagão, which had in its construction fundamental indigenous hands, understood by classical historiography only as manpower. whereas, therefore, observing and reflecting the continuities and ruptures in the productions of indigenous history is essential so that the erasure of the histories of these peoples is not repeated, We aimed to understand the historiographical trends present in the productions about Vila Nova Mazagão published between 1998 and 2018. Thus, through the reading of works that address the colonial history of Mazagão, it was possible to perceive the use of already outdated theoretical assumptions for the understanding of indigenous societies. It was also observed approaches that reflect on the presence and role of these societies in the various sectors of the village of Mazagão, and that comprise them endowed with historicity. To understand the diversity of these views in the works studied here, the method of content analysis was used to apprehend the meanings present in the discourses produced about the indigenous people of the Vila de Nova Mazagão.

Keywords: Indigenous history; Ethno-history; Indigenous people of the colonial Amazon; Indigenous historiography.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	10
1 O INDÍGENA NA HISTÓRIA E A HISTÓRIA INDÍGENA.....	14
1.1 O indígena sob o olhar da historiografia clássica.....	14
1.2 As histórias indígenas sob novas perspectivas	21
1.2.1 A contribuição da Etno-história como método interdisciplinar entre História e Antropologia para o repensar das Histórias Indígenas	24
2 OS INDÍGENAS DA AMAZÔNIA MAZAGANENSE NA PRODUÇÃO ACADÊMICA PÓS 1995.....	28
2.1 Festas devocionais em Mazagão Velho (AP): crenças e rituais na história de uma sociedade	33
2.2 Do norte da África ao norte da Amazônia: Experiências de colonização, famílias e formação de elites em Nova Mazagão (1770-1808).....	38
2.3 Laurent Vidal, Paulo Cambraia da Costa e os indígenas em Mazagão	41
CONSIDERAÇÕES FINAIS	47
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	50
FONTES	55

INTRODUÇÃO

Após mais de trinta anos da nova historiografia indígena, esse campo de estudo ainda está em constante crescimento. Uma história nova que nasceu a partir da necessidade de compreender, não somente as produções acadêmicas sobre os indígenas, mas também os próprios indígenas que se apresentavam em número crescente para evidenciar sua existência e cobrar seus direitos (Araújo *et al.*, 2006). Diante desta existência eminente, historiadores, historiadoras e outros intelectuais que também escreviam sobre a história indígena desses povos, precisaram dar uma resposta ao que antes era tido como tese da assimilação.

Sob a responsabilidade de inseri-los como parte fundamental em processos históricos diversos, principalmente historiadores e antropólogos redirecionaram esforços, passando a lançar mão de fontes distintas dos documentos escritos e a revisar fontes já esgotadas pela historiografia clássica. No bojo deste processo foi gestado, em um trabalho conjunto entre história e antropologia, o método da etno-história, compondo a base necessária para uma nova percepção da produção de uma história indígena, dando luz a novos pressupostos teóricos e conceituais. Deste modo, conceitos como o de cultura e etnicidade passaram a ser vistos como fluidos na dinâmica das relações sociais entre indivíduos e grupos diversos, permitindo uma interpretação mais ampla das relações destes indivíduos entre si e dos processos históricos a que estavam inseridos (Almeida, 2012a).

Essa perspectiva de mudança, somada a um maior acesso a fontes documentais, levou a uma releitura da história da região Amazônica, do período que se convencionou chamar Amazônia colonial, onde situações de contato entre as sociedades envolvidas passaram a levar em conta os indígenas como protagonistas (Arenz, 2021).

Assim, os indígenas contemporâneos passaram a assumir seu lugar de direito ao delinearem ações políticas que redimensionaram os rumos da história em suas histórias (Araújo *et al.*, 2006). É a partir deste redimensionamento da história que a Vila colonial de Nova Mazagão passa ser percebida pela historiografia também como indígena. E assim a cidade nasce, seus primeiros trabalhadores foram indígenas e as moradias locais possuíam elementos desses povos originários, foram essas pessoas que conviveram em seu dia a dia com os mazaganenses marroquinos e cotidianamente compartilharam seus conhecimentos sobre a região, dados importantes que não podiam ser vistos a partir de um olhar descuidado (europeizado) sobre as fontes coloniais. Trabalhadores indígenas especializados ou não, fundamentais para os planos de estabelecimento do projeto português, envolvidos na construção, no cotidiano da vila e na adaptação dos mazaganenses vindos do Marrocos para a Amazônia, só aparecem na documentação de forma inexata e precária (Vidal, 2008). Suas vozes

estão perdidas, a política indigenista portuguesa garantiu que não fosse possível sua identificação étnica, seus modos de vida ou suas formas de se organizarem enquanto grupos distintos. Porém, os documentos coloniais guardam silenciosamente suas potencialidades, suas influências e realidades que não puderam ser apagadas, é do historiador o desafio de reverberá-las (Monteiro, 1995). Deste modo, se faz necessário, em um contexto local, compreender se houveram mudanças ocorridas na forma de se produzir a história indígena a partir da década de 1990, e como essas mudanças teriam influenciado e alicerçado os trabalhos acadêmicos, sendo esse o objetivo da presente pesquisa.

A pesquisa, assim compreendida, contribui para um maior esclarecimento de como têm sido aplicadas as propostas conceituais e metodológicas para a produção de uma nova história indígena. Não é suficiente criar novos conceitos e métodos, é necessário aplicá-los no sentido de redirecionar os papéis dos povos originários do presente e do passado dentro da história. Neste sentido, é fundamental o exercício de análise das produções que abordam os indígenas da Vila colonial de Nova Mazagão como forma de acompanhar os caminhos que a etno-história e a história indígena foram tomando. Para tanto, definimos como parâmetro desta análise as obras produzidas após 1995. A escolha do ano decorre da publicação do texto “O desafio da História Indígena no Brasil” de John Manoel Monteiro (1995), que faz um balanço do avanço da história indígena até ali e aponta os desafios para sua continuidade.

Compreendendo o lugar social do historiador, do qual bem nos lembra Certeau (2013), são as inquietações prementes em nosso meio que sugerem as questões levantadas: como a sociedade do presente compreende as sociedades indígenas do passado? O mais importante (ao menos a esta pesquisa), como os intelectuais do presente representaram este passado indígena pós década de 1990? Desta forma, ao nos depararmos com o distrito¹ de Mazagão Velho e sua história – que possui processos culturais intensos, preserva em suas festas religiosas muitos elementos do período de sua existência como vila, é fruto de uma antiga vila colonial construída e ocupada em seu princípio majoritariamente por indígenas – instou-nos perscrutar o quanto os historiadores que se debruçaram sobre o tema avançaram no protagonismo dos indivíduos presentes e também responsáveis pelo soerguimento e, certo modo, manutenção da vila em seus anos iniciais, ou seja, o quanto avançaram na produção de uma nova história indígena.

Portanto, as fontes desta pesquisa são obras contemporâneas produzidas entres os anos de 2008 a 2018, selecionadas a partir de suas abordagens sobre a construção da Vila de Nova Mazagão. Estas obras não abordam exclusivamente a história dos indígenas de Mazagão, mas

¹ Mazagão Velho é um distrito do atual município de Nova Mazagão-AP e o local onde se originou a antiga Vila colonial de Nova Mazagão em 1769.

ao abordarem a história da vila, voltaram-se ao tema. As obras utilizadas como fontes desta pesquisa são: *Festas devocionais em Mazagão Velho (AP): crenças e rituais na história de uma sociedade*, de Adriene dos Anjos Noronha (2017); *Do norte da África ao norte da Amazônia: experiências de colonização, famílias e formação de elites em Nova Mazagão (1770-1808)*, de Yure Lee Almeida Martins (2015); *Mazagão, a cidade que atravessou o Atlântico*, de Laurent Vidal (2008)²; *Em verdes labirintos: a construção social da fronteira franco-portuguesa (1760-1803)*, de Paulo Marcelo Cambraia da Costa (2018).

Esse trabalho está organizado em dois capítulos. O primeiro capítulo tratará, em momentos distintos, de discussões sobre a historiografia clássica e a nova história indígena. Deste modo, no primeiro momento, trará um retrospecto de como os intelectuais dos séculos XIX e XX compreenderam e irradiaram a imagem do indígena brasileiro na construção da identidade nacional, perpetuando por mais de um século um discurso que previa a absorção e desaparecimento destas sociedades. Posteriormente, discorrerá sobre a história indígena no Brasil, seus percursos e avanços, e sobre o método da etno-história e suas contribuições no estabelecimento das histórias indígenas.

O segundo capítulo compreenderá a análise das obras que foram produzidas entre os anos de 2008 e 2018 e que abordam a Vila de Nova Mazagão em seus anos iniciais. Para melhor compreensão da análise, apresentará, inicialmente, os indígenas presentes no soerguimento da Vila de Nova Mazagão e os desafios para o aprofundamento de suas histórias no uso de documentos coloniais e pós-coloniais. Por fim, apresentará a análise das obras, fontes deste trabalho, evidenciando como conduzem a presença indígena segundo os parâmetros da etno-história voltada para uma nova história indígena.

Para alcançar os objetivos propostos neste trabalho, realizamos a leitura das fontes (obras selecionadas) e definimos recortes textuais, frasais ou de palavras presentes nas produções sobre a Vila de Nova Mazagão para a análise de seus conteúdos, com o fito de depreender as respostas às questões levantadas. Para Júlio Aróstegui (2006, p. 525), “ trata-se de uma técnica baseada na análise da linguagem, mas cujo o objetivo não é conhecê-la em si mesma mas ‘inferir’ alguma outra realidade distinta por meio dela”. Realizamos o levantamento bibliográfico e sua leitura e corroboramos com a leitura das obras em sua análise do conteúdo, através de sua sistematização por meio da análise categorial - recortes frasais, de orações e/ou do texto em categorias analíticas -, análise estrutural - aprofundando a análise categorial para uma amostra mais incisiva dos recortes (Aróstegui, 2006).

² Pesquisa publicada em francês em 2005 e traduzida e publicada no Brasil pela editora Martins Fontes em 2008. Utilizaremos a edição publicada no Brasil para a análise.

Ao escolher o método da análise do conteúdo, centramo-nos no uso da linguagem como representação da realidade a que estes sujeitos (os autores das obras) estão inseridos, para, assim, perscrutamos na escrita de suas obras qual a imagem produzida sobre os indígenas da vila (se protagonistas ou não). Monteiro (1999, p. 239), ao abordar os desafios da história indígena, entende que “o maior desafio que o historiador dos índios enfrenta não é a simples tarefa de preencher um vazio na historiografia mas, antes, a necessidade de desconstruir as imagens e os pressupostos que se tornaram lugar-comum nas representações do passado brasileiro”. O método escolhido terá, desta forma, a função de escrutinar a consecução deste desafio na escrita de uma história de longa duração da Vila de Nova Mazagão.

Atentos ao risco do uso de etnônimos de cunho generalista e depreciativo, utilizaremos o termo indígena, autóctone ou povos originários para nos referirmos ao indivíduo ou as sociedades indígenas citadas no texto, utilizando outra denominação apenas em caso de citações indiretas ou diretas para manter a coerência ou estrutura original do texto citado.

1 O INDÍGENA NA HISTÓRIA E A HISTÓRIA INDÍGENA

Há mais de três décadas a produção sobre a história da Amazônia colonial tem redirecionado olhares e perspectivas. Sua inserção na composição da história nacional ocorreu por volta da década de 1940 (Arenz, 2021), mas somente a partir dos anos de 1990 houve um redirecionamento no olhar sobre a região. Longe do arcabouço da história colonial das regiões sul e sudeste, suas recentes leituras são feitas conforme a ótica de um lugar múltiplo, de variados atores e relações de interesses que vão além dos engendrados nos planos da coroa portuguesa para a região. Em linhas gerais, há pouco tempo a historiografia da Amazônia vem se desvinculando de conceitos usados para explicar modelos da colonização portuguesa em outras regiões para aplicar modelos explicativos que melhor se adequam, considerando suas especificidades de lugar, agentes e relações intrincadas num complexo jogo de interesses que vão muito além das políticas da coroa para a região. Nesse contexto, a História Indígena ganha novo lugar, protagonizando suas relações e interesses, movendo-se para fora da roda de subjugados a agentes que negociam, estruturam e redesenham as relações em seu aspecto amplo – econômico, político e social – nos sertões da Amazônia, em suas fronteiras movediças, em seus lugares de resistência e nas vilas e lugares engendrados pela iniciativa portuguesa.

O presente capítulo tem como objetivo apresentar um panorama do que a historiografia brasileira construiu e produziu acerca do indígena. No primeiro momento, trataremos das imagens do “índio” na historiografia clássica oitocentista a meados do novecentos e suas influências na compreensão do indígena até finais do século XX. Em seguida, objetivamos demonstrar a virada historiográfica nas produções sobre o tema a partir da década de 1990, influenciada por mudanças no cenário político, pelas lutas indígenas e pelos avanços da historiografia em consonância com a antropologia nos estudos de conceitos caros à estas mudanças. Um outro fator abordado, trata-se da contribuição da etno-história para a história indígena a partir de 1990 e suas acepções enquanto método. Por fim, apresentaremos como a história Indígena contribui para uma melhor compreensão da História da Amazônia e como se conecta a esta pesquisa.

1.1 O indígena sob o olhar da historiografia clássica

As representações das sociedades autóctones na historiografia clássica brasileira compõem a base de leituras caricaturais que levaram interpretações e composições acerca do papel do indígena na história do século XIX até a segunda metade do século XX (Almeida, 2010).

O século XIX foi palco de produções importantes para o olhar lançado sobre estes agentes. Com ideias assimilacionistas, marca da administração pombalina, a necessidade de solidificar o recente estado brasileiro e de legitimar a nação idealizada, surgiu a proposta de uma história nacional, tal e qual se deveria contar. Nasceu destas expectativas o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB). Deste modo, “O IHGB será o lugar privilegiado de produção histórica durante o século XIX, lugar que condicionará as interpretações, as visões do Brasil e da questão nacional” (Reis, 2007, p. 26).

Segundo Santos (2012), o conceito de nação presente na produção do IHGB era claramente restrito aos “brancos”, pois, a criação do IHGB, na busca de uma história nacional e unificadora, constituiria um conceito de nação excludente e depreciativo do outro, desprivilegiando com sua massa intelectualizada aqueles que não eram possuidores de “civilização”³.

Compreende-se, pois, que essa produção historiográfica relegou o indígena ao apagamento, possuidores de uma história apenas quando do contato com os portugueses, inexistindo em uma história nacional no império e na república. O século XIX representará um momento de tentativa de construção do sujeito nacional, de alocação dos indígenas em papel periférico e de um suposto risco de desaparecimento (Almeida, 2012a). É nesse cenário de embates intelectuais, políticos, físicos e étnicos que se dará a obra de Francisco Adolfo Varnhagen.

Filho de um alemão e de uma portuguesa, detentor do título de Visconde, Francisco Adolfo Varnhagen escreveu a obra *História Geral do Brasil*, privilegiando - e defendendo - a monarquia portuguesa, enaltecendo a colonização como uma grande obra lusitana, onde a construção de um império nos trópicos se daria através do caminho lusitano trilhado em solo americano (Nascimento, 2019). Está explícito que a composição de sua escrita se deu a partir da defesa de um império português e do subjugo das outras raças, que seriam dissipadas no processo.

Corolário de Carl Friedrich Philipp von Martius, Varnhagen devotou sua produção a criação de uma história oficial e a serviço da monarquia, mas também de submissão do indígena frente ao colonizador português (Moreira, 2008). Apesar de um olhar mais atento aos seus costumes, defendeu a ideia da impossibilidade de uma “história do índio”, por não possuírem civilização. Varnhagen (1877) considerava que a falta de uma figura que centralizasse o poder sobre os nativos levava a perpetuação da “anarquia selvagem”, salvos apenas com a chegada

³ Grifos do autor.

do cristianismo. Resumindo a realidade dos indígenas a um estado infantil e sem civilização, afirmou que “De taes povos na infancia não ha historia: ha só ethnographia” (Varnhagen, 1877, p. 22-23)⁴. Tais afirmações demonstram que para Varnhagen os indígenas viviam em estado de barbárie, sem a capacidade de se desenvolverem por si próprios, necessitando da ajuda dos “povos civilizados”. No tópico intitulado *Ideas religiosas e organização social dos tupis: sua procedência*, fez uma descrição minuciosa dos costumes dos Tupis, alegando que estes ainda não haviam tido contato com a civilização. Varnhagen (1877, p. 52) afirmou que

[...] Não constituíam uma nação, nem mesmo pequenas nações, na acepção em que mais geralmente, em direito universal, se toma hoje a palavra. Formavam antes muitas cabildas, pela maior parte, procedentes dos últimos invasores do território.

A pintura que fizemos dessas gentes, que mais ou menos errantes disfructavam, sem os beneficios da paz e nem da cultura do espírito, do fértil e formoso solo do Brazil, - antes que outras mais civilizadas as viessem a substituir, conquistando-as e cruzando-se com ellas, e com outras trazidas d'além dos mares pela cobiça, essa pintura, dizemos, bem pouco lisonjeira é na verdade. A' vista do esboço que traçámos, sem nada carregar as côres, não sabemos como haja ainda poetas, e até philosophos, que vejam no estado selvagem a maior felicidade do homem; quando nesse estado, sem o auxilio mutuo da sociedade, e sem a terra se cultivar suficientemente, há sempre, n'uma ou outra epoca, privações e fome; e esta última aos mais civilizados converte em canibae, como nos provam as historias de tantos sítios e naufragios.

Destacou ainda as representações dos indígenas por portugueses, excessivas e “pouco lisonjeiras”. Estava evidenciando a “falta de civilidade” que só se faria presente com a chegada dos portugueses. O trecho esboça, enfim, um resumo do que o pensamento construído por Varnhagen acerca dos indígenas os legará na história nacional, desconsiderando suas práticas culturais, vestimentas e rituais, simplificando a imagem do indígena à indolente, preguiçoso e incapaz de uma história própria por sua “falta de civilidade”. A obra segue com descrições diversas e negativas sobre os costumes, os laços familiares, relações homoafetivas, as guerras, os rituais antropofágicos. Rituais estes que seriam motivados pela ausência dos valores da civilização europeia, estando os indígenas mais suscetíveis ao ódio, o que geraria constantes guerras por motivos muitas vezes triviais.

Para Varnhagen (1877), os chamados índios ainda estariam em uma fase infantil da humanidade, incapazes, sem histórias e inaptos a compor a história nacional num papel

⁴ A tese de pós-doutoramento de John Manuel Monteiro (2001), *Tupis, Tapuias e Historiadores: Estudos de História Indígena e do Indigenismo*, faz importante discussão sobre o pensamento do século XIX acerca dos povos autóctones, apontando como sendo este período o início do “isolamento dos índios no pensamento brasileiro”, isolamento este expresso na obra de Adolfo Francisco Varnhagen. Para melhor aprofundar discussões sobre as teorias raciais e o pensamento de Carl Friedrich Philipp von Martius sobre o mesmo assunto, indicamos a leitura do capítulo 8 desta tese, *As “Raças” Indígenas no Pensamento Brasileiro do Império*.

preponderante. Fica evidente a ideia da superioridade portuguesa sobre os indígenas do Brasil, onde a cultura portuguesa, superior e desenvolvida, sobrepujaria a do indígena, mais atrasada.

Alicerçada ao projeto de construção de um Estado Nação, sua obra sinaliza na direção do novo Império em busca da consolidação do Brasil como o herdeiro de Portugal, diminuindo ou invalidando aspectos da cultura indígena, pormenorizando seus costumes e crenças.

Na obra de João Capistrano de Abreu o olhar sobre o indígena se redirecionou, ainda que em seu “necrológio de Varnhagen” tenha valorizado a sua produção e se referido a ele como “historiador da pátria, grande exemplo a seguir e a venerar, o mestre, o guia, o senhor” (Gontijo, 2010, p. 19). Sua percepção acerca do indígena quanto a sua função na formação da identidade nacional segue uma linha um tanto oposta da de Varnhagen. Cearense, Capistrano não pertencia a elite da época, migrando para o Rio de Janeiro no final do século XIX, onde consolidará sua carreira enquanto intelectual.

Sua obra compreendeu a construção de uma nação não através de uma nobreza, mas do povo. Segundo Gontijo (2010, p. 22),

Capistrano de Abreu procurou explicar a formação da nacionalidade brasileira por meio das fontes oriundas de uma *cultura popular* identificada com um espaço específico – o sertão – e com um legado: o das tradições indígenas. Considerando a literatura como ‘fato social’, o autor chegou a afirmar que os contos populares – que têm como ‘herói eterno o caboclo e o marinheiro’ – são ‘os documentos mais importantes para a nossa história’.

Seguindo em linha interpretativa que difere de Varnhagen, que via um exagero nas descrições de poetas e filósofos, Capistrano salvaguardou a imagem desses personagens. Sua produção trouxe menos do herói português e mais do nativo em seu olhar sobre a colonização do Brasil. “Capistrano será um dos iniciantes da corrente do pensamento histórico brasileiro que “redescobrirá o Brasil”, valorizando o povo, as suas lutas, os seus costumes, a miscigenação, o clima tropical e a natureza brasileira” (Reis, 1998, p. 69).

Sua obra surge em um período de transição da monarquia para a república e irá divergir não só de seus antecessores como Varnhagen, mas também de seus contemporâneos, como Sílvio Romero⁵, embate que lhe dará destaque no meio intelectual. No entanto, sua descrição sobre o indígena, mesmo que em lugar de destaque, apresentará um olhar comum entre os intelectuais de sua época. O discurso do “índio” indolente, preguiçoso, selvagem e inserido a paisagem reproduziu a ideia de superioridade portuguesa, ainda que afirmasse ser da miscigenação do “índio” com o “branco” o resultado do povo brasileiro. Terá privilégio em sua

⁵Sílvio Romero defendia a teoria das raças superiores, onde diferia o brasileiro do português, não pela presença do “índio”, mas por causa da presença do negro na miscigenação. Ver Gontijo (2023).

análise o indígena manso, preconizando o comportamento do belicoso, com uma dada selvageria (Gontijo, 2010).

Trouxe ainda a dicotomia entre colonizadores e colonizados em um exemplo de contato de povos autóctones com missionários, onde o fato teria levado ao desaparecimento dos indígenas da região. Referiu-se a eles como povos naturais frente ao contato com civilizados, acentuando em sua descrição o suposto grau de inferioridade existente entre indígenas e “conquistadores” (Gontijo, 2010).

Assim, ainda que para Capistrano o indígena tenha tido papel preponderante na formação da nação, não o fez sem as ressalvas de seu tempo, caricaturando e inferiorizando esse papel, sempre em função de uma homogeneização que visava o apagamento das sociedades nativas e que favorecia o projeto português de nação.

Celestino (2012a) assinala para uma política de assimilação dos indígenas por parte do império, com o intuito de incorporá-los como cidadãos civilizados a serviço do estado. Para a autora, as políticas assimilacionistas e uma legislação favorável ao entendimento de que indígenas estavam em extinção contribuíram para a construção de um discurso que lhes tirava o papel de sujeitos históricos.

Tanto Varnhagen quanto Capistrano de Abreu influenciaram os historiadores nas décadas seguintes, que em muito repetiram as imagens projetadas sobre os chamados índios. Em clássicos como os de Gilberto Freyre (2006), Sérgio Buarque de Holanda (1995) e Caio Prado Jr (2011)⁶, que marcaram o estudo do pensamento social brasileiro, muitas destas imagens acerca do indígena se perpetuaram, em um sentido congênito, em inferiorização ou anulação dos povos autóctones.

A obra de Gilberto Freyre *Casa Grande e Senzala* renovou o elogio a colonização portuguesa feito por Varnhagen e até o superou. Nessa obra, Freyre afirmou a incapacidade dos indígenas de se autogovernarem, descrevendo o encontro dos portugueses com “populações rasteiras” ao se referir a falta de complexidade que, segundo ele, faltava aos indígenas. Seguiu descrevendo-os como crianças grandes, não civilizadas, “uma cultura verde e incipiente; ainda na primeira dentição; sem os ossos nem o desenvolvimento nem a resistência das grandes semicivilizações americanas” (Freyre, 2006, p. 158).

Freyre, ao longo do capítulo dedicado ao *indígena na formação da família brasileira*, buscou afirmar que os indígenas não teriam sido escravizados em maior escala por sua inviabilidade cultural, pois eram voltados ao extrativismo, onde o pouco contato com as culturas

⁶ O ano das obras aqui citadas não corresponde ao ano da primeira publicação. A de Gilberto Freyre teve sua primeira edição publicada em 1933, a de Sérgio Buarque de Holanda em 1936 e a de Caio Prado Jr em 1939.

agrícolas aumentavam a resistência ao cativo. Consoante o mesmo, “A enxada é que não se firmou na mão do índio nem na do mameluco; nem o seu pé de nômade se fixou nunca em pé de boi paciente e sólido” (Freyre, 2006, p. 163). A agricultura, quando praticada dentro da cultura indígena, era um serviço desenvolvido por mulheres, o que por sua vez não a teria impedido de grande contribuição na formação da sociedade e família brasileira. Entre os muitos estereótipos dados aos indígenas, está o de colaborador para o seu próprio aprisionamento. Como uma de suas “contribuições”, além de canoieiro, guerreiro, caçador e pescador, teria sido guia dos bandeirantes aos sertões. Preconizou as crenças indígenas e em sua justificativa do sucesso português pela miscigenação, sexualizou a imagem da mulher indígena, que, para o autor, “por qualquer bugiganga ou caco de espelho estavam se entregando, de pernas abertas, aos ‘caraíbas’ gulosos de mulher” (Freyre, 2006, p. 71).

Para Maestri (2004), Freyre sintetizou a relação dicotômica entre indígenas, negros e portugueses através de uma conciliação racial, onde a preponderância europeia é avivada pelo sangue negro e indígena. Assim, sua obra foi tecida sem reconhecer os problemas decorrentes da colonização.

Apesar de não fazer um elogio aos portugueses, Sérgio Buarque de Holanda não deu protagonismo ao papel dos indígenas na formação da nação, ao contrário, esboçou uma parca contribuição dessas sociedades.

Em *Raízes do Brasil*, Holanda (1995) reconheceu nos portugueses os problemas herdados pelo Brasil. Nossa cultura, por ter vindo de um lugar estranho, não se adaptou aos trópicos, vivendo com uma cultura inadequada, o que dificultava projetar um futuro coeso. Se referindo a diversidade das raças que formaram os portugueses – europeus, árabes e africanos - chamou-os de tipo original, concluindo que, devido a essas características culturais, a exploração dos trópicos teria sido feita de forma irracional e com desleixo.

Segundo o autor, a sociedade brasileira era mais parecida com os portugueses, herdando muito de sua cultura pela longa tradição existente, longa o suficiente para manter maior parte de suas características. Poucas eram as semelhanças com os indígenas, como afirma Holanda (1995, p. 40):

Nem o contato e a mistura com raças indígenas ou adventícias fizeram-nos tão diferentes dos nossos avós de além-mar como às vezes gostaríamos de sê-los. No caso brasileiro, a verdade, por menos sedutora que possa parecer a alguns dos nossos patriotas, é que ainda nos associa a península ibérica, a Portugal especialmente, uma tradição longa e viva, bastante viva para nutrir, até hoje, uma alma comum, a despeito de tudo quanto nos separa. Podemos dizer que de lá nos veio a forma atual de nossa cultura; o resto foi matéria que se sujeitou mal ou bem a essa forma.

A miscigenação não diferenciou tanto os brasileiros dos portugueses, por isso, a imagem do indígena foi pouco trabalhada na obra. Indígena e negros não teriam sido tão eficazes para contrabalancear a eficácia portuguesa. Fica claro que, mesmo identificando diversos problemas com o colonizador português, cabe a ele o sucesso da colonização, assim como os problemas advindos dela, contribuindo, tanto o indígena quanto o negro, pouquíssimo para a formação do povo brasileiro.

Em Caio Prado Junior, assim como em S. B. de Holanda, o indígena foi pouco presente. Não obstante, entender a forma como se deu a participação destes em sua obra é importante para compreender em que posição se aloca o indígena na construção do povo brasileiro até meados da década de 70. Diferente de Freyre e Holanda, sua produção acerca da formação da nação não é de cunho culturalista, e tendo por base interpretativa o marxismo, centra suas análises em um viés econômico e social.

Assim, na visão de Prado Jr., a participação do indígena na formação do povo brasileiro se deu através do processo de aculturação e mestiçagem, englobando-se ao que viria a ser a população brasileira. Miscigenado ou aculturado, a identidade indígena desapareceria no processo de colonização, misturando-se a massa geral da população. Em descrição do papel do negro e do indígena para a formação brasileira, deixou evidente a parca contribuição destes agentes frente ao seu dominador:

A contribuição do escravo preto ou índio para a formação brasileira é além daquela força motriz quase nula. Não que deixasse de concorrer, e muito, para a nossa 'cultura', no sentido amplo em que a antropologia emprega a expressão; mas é antes uma contribuição passiva, resultante do simples fato da presença dele e da considerável difusão do seu sangue, que uma intervenção ativa e construtora. O cabedal de cultura que traz consigo da selva americana ou africana, e que não quero subestimar, é abafado, e se não aniquilado, deturpa-se pelo estatuto social, material e moral a que se vê reduzido seu portador (Prado Jr, 2011, p. 289).

No processo histórico, em sua obra, os indígenas foram mesclados ao restante da população, exceto os aguerridos ou mortos em epidemias, e parte dos problemas gerados com a escravização indígena seria resolvido com a inserção da “mão de obra escrava” negra. Quanto ao litígio na utilização de indígenas por colonos, pela coroa e pelos missionários, teria esse impasse sido resolvido com o surgimento das leis pombalinas, através da proibição da escravização do “índio” e do incentivo aos casamentos entre “índios” e portugueses (Prado Jr, 2011, p. 96). No entanto, essa integração resultaria no gradativo extermínio dos indígenas, que só não viram sua total extinção pelo cruzamento praticado em larga escala, o que permitiu a perpetuação do seu sangue. Nas palavras de Prado Jr. (2011, p. 110):

[...] além dos cruzamentos que vão diluindo seu sangue, o índio é aos poucos eliminado por outras causas. As moléstias contribuem para isso grandemente, as bexigas em particular, e também as moléstias venéreas. [...] Depauperamos os vícios que a civilização lhes traz: a embriagues é o mais ativo deles. [...] A isso crescem os maus-tratos, um regime de vida estranho... A população indígena, em contato com os brancos, vai sendo progressivamente eliminada e repetindo mais uma vez um fato que sempre ocorreu em todos os lugares e em todos os tempos em que se verificou a presença, uma ao lado da outra, de raças de níveis culturais muito apartados: a inferior e dominada desaparece.

A coesão final dos indígenas na obra de Prado Jr é sua absorção a massa geral brasileira, seja pela miscigenação ou pelo processo de aculturação. Fato é, sua construção final quanto a imagem do indígena diverge de seus antecessores apenas em suas formas analíticas, relegando a este o papel social de somar de forma pouco significativa frente a predominância portuguesa.

A análise feita acerca das obras destes autores não tem o propósito (e nem a profundidade necessária) de esgotar suas amplas discussões, nem tão pouco dar demérito as suas contribuições. Pretende-se, pois, vislumbrar a imagem que estes intelectuais produziram sobre o indígena em seu tempo. Assim, envolvidos no invólucro da superioridade portuguesa, as correntes teóricas surgidas a partir de 1930 para a formação da nação brasileira apresentarão a mesma variação de imagem: de um indígena incapaz de se autogerir, fadado ao desaparecimento e preconizado em sua contribuição histórica.

1.2 As histórias indígenas sob novas perspectivas

A historiografia sob a perspectiva dos indígenas como protagonistas e agentes de suas próprias histórias é muito recente. Existiu um pessimismo sobre o risco de seu desaparecimento mesmo por seus defensores, que foi obliterado a partir da promulgação da constituição de 1988, com novos olhares sobre suas histórias e resistências e com o evidente fortalecimento da presença indígena - tanto no aumento da sua população como na presença nas lutas por seus direitos (Almeida, 2010). É importante frisar a fundamental participação de indígenas para o capítulo sobre os mesmos na constituição. A UNI (União Nacional do Índio), com o apoio de outras organizações, mobilizou inúmeros indígenas de todo o país e lançou a campanha “Povos Indígenas na Constituinte”, fundamental para a aceitação da inclusão dos direitos assegurados aos povos indígenas a partir da promulgação da constituição (Araújo *et al.*, 2006). Compreender esse processo é fundamental pois, os movimentos sociais e políticos protagonizados por indígenas nesse período tiveram forte contribuição para as abordagens atuais sobre as histórias indígenas (Almeida, 2012b).

A partir da década de 1980 percebe-se um crescente interesse em estudos sobre as populações indígenas, estimulados pela garantia de direitos, em especial aos seus territórios tradicionais, presentes na constituição de 1988 (Cavalcante, 2011). Segundo Mota (2014), ainda na década de 1980, o assunto “direitos das populações indígenas” foi pauta de interesses em reuniões ocorridas no período, duas delas reuniu antropólogos, advogados, juristas, representantes da ordem dos advogados e membros da Fundação Nacional do Índio (FUNAI) e uma outra reunião reuniu antropólogos, historiadores e arqueólogos. Em 1992, a obra de Manuela Carneiro da Cunha (1992) *História dos Índios do Brasil* trouxe a importante contribuição sobre do período colonial na Amazônia, reunindo artigos diversos sobre o indígena da região, sendo importante marco na construção da história indígena, assim como outros trabalhos posteriores a época. Já em 1995, John Manoel Monteiro (1995) publica o texto “O desafio da História indígena no Brasil”⁷, trazendo uma reflexão sobre os avanços da História Indígena e os desafios que se deveria transpor para a continuidade destes avanços. Com um levantamento breve do pensamento intelectual anterior a década de 1980, Monteiro (1995) apontou a direção que os estudos então recentes tomaram e orientou os rumos que deveriam seguir para constituição desta nova história. Sua contribuição nos permite compreender, de forma simples e profunda, as divisas de ambientes de produções e abordagens pautadas pela mensagem aberta dos povos indígenas - presentes e em crescimento - de que não iriam desaparecer.

Segundo Arenz (2021), a produção historiográfica recente está vinculada as mudanças na escrita da história a partir da década de 1980, onde as balizas desta produção passam por significativas mudanças. Assim ocorreu também para estudos sobre a Amazônia colonial, com pesquisas não mais exclusivamente ligadas a perspectiva marxista da história, mas com a valorização dos sujeitos, suas atividades econômicas e socioculturais diversificadas. Essa nova perspectiva historiográfica atingiu profundamente a história indígena, com redirecionamento da produção para a compreensão das mudanças étnicas e organização das sociedades autóctones. A riqueza das fontes coloniais, que apontavam para a onipresença indígena em sua vasta extensão, possibilitou uma análise multirrelacional por parte da historiografia. A pesquisa sobre a Amazônia, de caráter multifocal, aborda sob o prisma de uma rica documentação as mais diversas realidades experimentadas pelas sociedades indígenas (Arenz, 2021).

O maior acesso a essas fontes foi fundamental para o aumento de pesquisas sobre a região. Em 1992 iniciou-se o Projeto Resgate Barão do Rio Branco, idealizado ainda na década

⁷ Em 1993 foi lançada a primeira versão deste texto na revista *Temporais*, com o título “História indígena: repensando o passado, olhando para o futuro”.

anterior, com o propósito de levantar e dispor de documentos relacionados ao Brasil e que se encontravam no exterior. Esta documentação será preponderante não só para o aumento das produções acerca da Amazônia, mas também sobre a diversidade de estudos sobre a América portuguesa, já que grande parte da documentação adquirida vinha do Arquivo Histórico Ultramarino, em posse de Portugal, de quem o Brasil permaneceu colônia por mais de três séculos (Boschi, 2018).

Importantes obras surgiram com novas propostas de estudo sobre os indígenas no período colonial, como as de Nádia Farage (1991), *As muralhas do Sertão: os povos indígenas no Rio Branco e a colonização*; John Manuel Monteiro (1994), *Negros da terra: índios e bandeirantes nas origens de São Paulo*; Antonio Porro (1995) *Povos das Águas: ensaios de etno-história amazônica*; Ronaldo Vainfas (1995), *A Heresia dos Índios: Catolicismo e rebeldia no Brasil colonial*. Trabalhos mais recentes como o de Patrícia Melo Sampaio (2011) e Mauro Cezar Coelho (2005) sobre o diretório dos “índios”, que apresentam olhares tanto sobre a resistência como as negociações frente ao projeto político da coroa portuguesa. Sobre os jesuítas e as redes de missões, bem como o impacto destas na sociedade colonial e sobre as múltiplas relações da companhia de Jesus com os indígenas, citamos a premiada tese de José Alves de Souza Junior, *Tramas do cotidiano: Religião, política guerra e negócios no Grão-Pará do setecentos. Um estudo sobre a Companhia de Jesus e a política pombalina* (Souza Junior, 2009).

Sobre estudos voltados a levantamentos demográficos citamos aqui o trabalho de Camila Loureiro Dias, Fernanda Aires Bombardi e Eliardo Guimarães da Costa (2020) que propõe através de cruzamentos de fontes diversas, uma estimativa do número de indígenas do Maranhão e Grão-Pará entre 1680 a 1750 em ordem de grandeza.

Nesse contexto de estudos amazônicos sobre Povos Indígenas, obras sobre a Vila de Nova Mazagão, foco principal desse estudo, nortearam o olhar sobre as histórias dessa vila, tentando observar se, no limiar de suas possibilidades de pesquisa, o protagonismo indígena na região foi contemplado. São exemplos os trabalhos de Laurent Vidal e Paulo Marcelo Cambraia da Costa. Vidal (2008), em seu estudo sobre a transferência de Mazagão (Marrocos) à Nova Mazagão, na costa setentrional do Grão-Pará, dedica um capítulo a discussão sobre os trabalhadores indígenas na construção da vila. Costa (2018) dedica o quarto capítulo de sua tese de Doutorado para uma análise da importância político-militar dada pela coroa à região e demonstra como o protagonismo dos agentes locais interferiram e influenciaram o projeto português. Entre estes agentes, estão os indígenas presentes na construção Vila de Nova Mazagão.

A evidente existência de grupos indígenas no complexo engendro que vai da localização à construção da Vila de Nova Mazagão suscita questões acerca dos novos trabalhos realizados sobre a região. Pensar o protagonismo destes indivíduos presentes na vila só foi possível pelo constante avanço da história indígena nas últimas três décadas. Será sob a ótica desta nova história indígena e através de análise da etno-história, que buscaremos compreender como vem sendo abordada a presença indígena na história do Distrito de Nova Mazagão (Mazagão Velho) nas produções acadêmicas recentes.

1.2.1 A contribuição da Etno-história como método interdisciplinar entre História e Antropologia para o repensar das Histórias Indígenas

O conceito de etno-história e o seu uso como método foram gestados e discutidos a partir da década de 1950, com a ampliação dos direitos indígenas nos Estados Unidos. Segundo Mota (2014), foi a partir de uma mudança na legislação estadunidense (Indian Claim Act), permitindo aos povos autóctones reivindicarem compensações pelas terras das quais foram retirados, que nasce o interesse de pesquisadores da época sobre estudos para subsidiarem as demandas indígenas. Desta forma, realizou-se a conferência de Ohio, onde diversos trabalhos sobre os indígenas apresentados por historiadores, antropólogos, arqueólogos, linguistas, etc., foram publicados na revista que se tornaria referência no assunto, a *Ethnohistory* (Oliveira, 2003; Cavalcante, 2011; Mota, 2014). Apesar da discordância entre as disciplinas quanto a natureza da etno-história, havia um consenso de seu uso enquanto método.

Do mesmo modo, tais discussões ganharam fôlego no Brasil com a conquista dos direitos das populações indígenas, sendo fundamental na elaboração e na continuação do que se convencionou chamar história indígena. A partir das discussões sobre a nova constituição, promulgada em 1988, diversas reuniões, encontro e seminários, reunindo agentes diversos da sociedade e do estado, discutiram os rumos desta nova história e fizeram considerações sobre o caráter plural das etnias no Brasil (Mota, 2014). Deve-se considerar o aumento demográfico das populações indígenas a partir da década de 1980 e a atuação dos povos indígenas como preponderante para a promulgação da constituição de 1988 (Almeida, 2012b).

Segundo afirma Cavalcante (2011), a promulgação da constituição e a garantia do direito aos territórios nacionais foram propulsoras do aumento do interesse em pesquisas diacrônicas sobre os povos indígenas, levantando questões como o papel social das pesquisas e o comportamento ético do pesquisador.

O avanço dos estudos para a compreensão destas sociedades existentes, em franco crescimento e ativas politicamente, exigiu novas formas de abordagens das fontes. Tais abordagens, refletiram em um método, o da etno-história.

Desse modo, a etno-história é vista atualmente como um método mais adequado para se compreender as sociedades indígenas a partir das percepções que elas têm sobre sua história, não uma história produzida exclusivamente por estas sociedades, mas sempre levando em consideração a compreensão que estes grupos têm sobre si e sobre suas ações. Para Oliveira (2003, p. 7), a etno-história constitui-se como um “método em construção e de caráter interdisciplinar”.

Essa nova forma de abordagem foi possível, como informa Almeida (2012a), no momento em que antropólogos passaram a considerar os processos de mudança e a perceber que as sociedades sobre as quais estudavam não eram estáticas e historiadores passaram a considerar outros elementos, entre eles, religiosos, comportamentais e do cotidiano em suas análises. A relação entre história e antropologia suscitou um método de pesquisa onde estas se veem relacionadas intrinsecamente em seus conceitos. O método da etno-história exigirá maior coesão no uso dos conceitos antropológicos pela história e da observação da cultura enquanto um processo histórico pela antropologia (Almeida, 2012a).

A interação da história com a antropologia permitiu que novos pressupostos teóricos e conceituais norteassem as análises entre contatos de povos com cultura e etnicidade diferentes. Segundo Almeida (2012a, p. 158):

Dessa maneira, as abordagens interdisciplinares atuais de historiadores e antropólogos têm caminhado no sentido de cruzar e articular informações e interpretações produzidas pelas duas disciplinas, analisando-as sempre em um contexto histórico e valorizando a ação e compreensão que os próprios povos ou indivíduos estudados têm sobre suas ações, trajetórias e relações.

Assim, o método da etno-história lançou sobre historiadores e antropólogos a difícil tarefa de interlocução entre estas disciplinas, pois não basta apenas um cruzamento de conceitos e métodos, é preciso “pensar a história culturalmente e a cultura historicamente” (Almeida, 2012a, p. 158). A produção a partir do historiador tende a articular e interpretar as diversas fontes históricas buscando o sentido das ações de seus agentes dentro de suas culturas; e, a partir do antropólogo, compreender a cultura como resultado de um processo histórico, resultado de trajetórias e experiências vividas no decurso do tempo (Almeida, 2012).

Oliveira (2003) faz uma importante observação sobre duas categorias de análises que trazem questões importantes acerca das diferentes formas de ver a História Indígena. A primeira define-se como a história que os cientistas criam sobre as sociedades indígenas, através das

representações que construímos sobre o outro, o Êtico; a segunda, a história indígena narrada e interpretada segundo os próprios indígenas, o Êmico. Segundo o autor, o problema de uso de tais concepções está na dificuldade de dissociação de um problema antigo, a dicotomia entre diacronia e sincronia, remontando problemas conceituais já amplamente discutidos dentro da antropologia a partir da década de 1950 nos Estados Unidos. A principal dificuldade seria compreender as formas de construção da realidade a partir destas sociedades, imbricadas de complexas representações simbólicas não facilmente decodificáveis. O maior ou menor uso do Êmico poderá definir o quanto o pesquisador se aproxima ou se distânciava do enfoque dado a história de uma determinada sociedade indígena, ou mesmo do maior ou menor uso de fontes orais.

Almeida (2012a) aponta que, a partir de abordagens interdisciplinares, levando-se em conta os processos históricos e a valorização da ação e compreensão que os indivíduos estudados tem sobre si, se utilizam de diversas fontes, inquirindo-as com acuidade. No entanto, o uso descuidado destas fontes pode incorrer em anacronismo, uma vez que ao comparar momentos históricos distintos em uma sociedade, o pesquisador corre o risco de ignorar rupturas e distinções em processos dinâmicos que ali ocorrem (Almeida, 2012a).

Um ponto de fundamental importância no uso destes pressupostos teóricos é sua aplicação em fontes documentais. Considerando que muitos registros escritos sobre sociedades indígenas do período colonial estão sob um olhar eurocêntrico que visava reduzi-las, se torna importante “uma espécie de análise discursiva da qual se pode retirar não apenas as representações acerca dos indígenas, mas também dados para uma possível etnografia histórica” (Cavalcante, 2011, p. 359-360).

Arenz (2021) em seu artigo sobre a produção historiográfica acerca da Amazônia colonial aponta a pluralidade das fontes sobre o período. Citando as crônicas dos jesuítas João Felipe Bettendorff e de João Daniel, evidencia a “multiformidade e complexidade” do encontro entre os diversos agentes, que, segundo o autor, deverá servir de baliza hermenêutica para as análises das fontes.

A análise destas fontes permite uma releitura do papel de diversos agentes sociais, como indígenas e africanos, presentes na sociedade colonial e pós-colonial. Esse trabalho exige, por parte do pesquisador, a problematização do conteúdo das fontes e a identificação de “diferentes significados que objetos, classificações étnicas, qualificações e comportamentos podem comportar para os diferentes agentes sociais, conforme tempos, espaços e as dinâmicas de suas relações” (Almeida, 2012a, p. 159). Estas análises permitem uma releitura da situação em que

a historiografia clássica colocou as sociedades indígenas, a posição de submissos e rebeldes ou com posições pré-estabelecidas segundo um comportamento coerente e generalizado.

Almeida (2012a) traz importante observação sobre a imprecisão no uso de fontes distintas para a classificação de povos e indivíduos em categorias étnicas diversas. Assinala que o equívoco na classificação pode indicar a fluidez e pluralidade com que estas etnias operam. Assim, deve-se observar também a mudança da perspectiva imutável das identidades étnicas. Sociedades envolvidas em processos de intenso e longo contato, articulados ou forçados - como é caso de muitas etnias no período colonial - rearticulavam e reelaboravam suas identidades e sua cultura (Almeida, 2012a). A discussão sobre o aspecto mutável das identidades étnicas vai além, mas não nos aprofundaremos nesta discussão. O intuito é salientar a diversidade das fontes escritas e a complexa relação entre as sociedades envolvidas a luz de uma documentação muitas vezes fragmentada e nem sempre com informações seguras para a reconstrução de suas histórias, mas, onde novos olhares sobre estas sociedades a partir da relação entre história e antropologia e, fundamentalmente, a partir da reelaboração de conceitos de ambas as disciplinas tem permitido grandes avanços na interpretação e complementação destas fontes para a construção das histórias indígenas. Não se trata de uma observação holística sobre as sociedades coloniais e pós-coloniais, mas sim de um olhar sobre as suas ações e individualidades.

A perspectiva histórico-antropológica, assim, fundamentou inúmeras pesquisas empíricas onde indígenas e africanos e seus descendentes são enfocados como sujeitos ativos no processo histórico nos quais estão inseridos (Almeida, 2012a). Essa perspectiva permitiu revisão inclusive de histórias locais.

No intuito de construir um olhar sobre como a historiografia descreveu, e por vezes, analisou a presença dos indígenas em um local específico, chamado também de história regional, é que se entende que a etno-história pode ser contemplada no estudo em questão, que tem como objetivo observar produções sobre a Vila de Nova Mazagão, analisando os usos (ou não) de conceitos e métodos analíticos voltados a esta nova perspectiva da História Indígena. Embora não iremos nos ater a fontes orais, tendo em vista a temporalidade do estudo em questão, a análise das fontes bibliográficas, a partir de um olhar etno-histórico, ou seja, entender a pluralidade histórica no contexto mais amplo da história da Amazônia, foi salutar para o desenvolvimento desse trabalho.

2 OS INDÍGENAS DA AMAZÔNIA MAZAGANENSE NA PRODUÇÃO ACADÊMICA PÓS 1995

Apesar de entendermos que as novas tendências da historiografia indígena são oriundas de um contexto mais amplo de vários fatores que a influenciaram, como já citados no primeiro capítulo, a escolha das fontes que serão analisados no desenvolvimento desse capítulo tiveram como parâmetro o fato de terem sido publicadas após o ano de 1995, mais precisamente entre os anos de 2008 a 2018. As obras no seu conjunto foram produzidas entre treze, e vinte e três anos após a publicação do texto de Monteiro (1995), que, como já observado na introdução, serviu como marcador histórico para essa delimitação.

A desvinculação das sociedades indígenas como parte estática em um processo histórico, ou em franco desaparecimento, ou resistentes culturalmente é um trabalho árduo. Isso porque não se trata de um olhar empático apenas, é preciso partir de um ponto de vista que não seja o do colonizador; nesse afã, não se deve tentar compreendê-las/estudá-las no passado a partir de como se apresentam hoje, pois, não sendo imutáveis no decurso do tempo, incorrer-se-á em anacronismo; e, por fim, não se deve torná-las exóticas, presas a imagens capturadas a partir do olhar do colonizador (Oliveira; Almeida, 2016).

Desta forma devem ser compreendidas as práticas de inúmeras sociedades do período colonial que muitas vezes foram (e, em alguns casos, ainda o são) representadas através do olhar colonizador presente nos documentos oficiais, em uma leitura tendenciosa de seus comportamentos, gestos e tomadas de decisões. Sob um novo olhar, estas sociedades são percebidas reconstruindo significados que não comportavam seus mundos e ressignificando o mundo do outro. Alcançadas apenas pela documentação (oficial e não oficial), as sociedades indígenas do período colonial devem ser olhadas francamente como autônomas, que violentadas, mas donas de si e de suas escolhas, mesmo as escolhas que nos pareçam controversas.

É sob estas perspectivas que pretendemos analisar a seguir como se deu a presença indígena na Vila de Nova Mazagão, bem como os percalços e as possibilidades presentes nas fontes coloniais que evidenciam esta presença.

A Vila de Nova Mazagão tem um surgimento peculiar, além da ideia monumental que se teve de transplantar para a Amazônia setentrional a Mazagão Marroquina, as mãos que a ergueram propõem uma identidade de muito aquém-mar a sua estrutura, deixando traços muito visíveis. Os trabalhadores indígenas da vila não terão o status de moradores, tão pouco serão contabilizados nos levantamentos de população de Mazagão, mas sua presença e ausência definirão algumas das decisões tomadas pela coroa portuguesa para a vila.

As primeiras casas de Mazagão tinham fortes características das casas das sociedades indígenas. Seus primeiros telhados eram de folhas de palmeira e apenas anos mais tarde um forno para cozer telhas será instalado. Neste contexto, é importante frisar que alguns ofícios, como os de artesão, carpinteiro, pedreiro e serrador, serão desenvolvidos por indígenas. Talvez por isso a queixa do Comandante Moraes Sarmiento sobre a insistência de carpinteiros dando preferência ao uso de fibras vegetais em algumas amarrações da casa no lugar de pregos (Vidal, 2008).

Os indígenas trabalhadores da Vila de Nova Mazagão eram provenientes de vilas e lugares próximos, e deveriam seguir a ordem de distribuição regulamentada pelo Diretório, mas em muitos casos essa distribuição ocorreu de acordo com os interesses dos diretores e elites locais. A lei do diretório determinava que a concessão de “índios aldeados” deveria ser feita pelo governador, aos diretores cabia o acompanhamento das portarias de concessão a serem executadas e aos principais cabia o cumprimento da distribuição ordenada (Sampaio, 2011). No entanto, era um delito costumeiro dos diretores ceder indígenas sem portaria para os colonos, transformando essa prática, entre outras transgressões à lei, uma outra fonte de renda (Souza Junior, 2009).

Portanto, ainda que a distribuição fosse regulamentada, somados a existência de problemas nesta distribuição e falta de indígenas para o trabalho, é significativo o número destes trabalhadores enviados à vila. Segundo Vidal (2008), essa “mão de obra” contabilizou quase dez por cento do total dos recursos regionais de trabalhadores, e entre os anos de 1770 a 1774 contabiliza-se uma média de uma centena de indígenas trabalhando na vila. O documento pertencente a coleção do naturalista Alexandre Rodrigues Ferreira⁸ demonstra a intenção de envio de 200 “índios” para a vila de Mazagão, número que excede o recomendado pelo Diretório (Biblioteca Nacional, 1772; Vidal, 2008). Está evidente que existe uma urgência no encerramento das obras da vila, que será pautada pelas fugas de trabalhadores indígenas, por suas mortes por doenças e a ausência de recurso.

Mais evidente está o número de moradores indígenas em Mazagão que, aqui podemos apenas supor, desenvolveram algum tipo de relação com os mazaganenses que iam além da simples relação de trabalho. Compreendemo-los moradores considerando o tempo prolongado que estes agentes passaram na vila. Em um trecho do ofício do governador João Pereira Caldas para Martinho de Melo e Castro em abril de 1773 sobre a falta de “índios” para o “Real Serviço”, informa que “daqui procede que nelle muitos se conservão effectivos, há tres, quatro,

⁸ O documento original está sob a guarda da Biblioteca Nacional e disponível em formato digital no site da biblioteca (bndigital).

cinco, e mais annos, por não haver outros q' possam mudar, e substituir" (Arquivo Histórico Ultramarino, 1773).

Com o intuito de transformar o "índio" em colono e garantir a ocupação portuguesa do vasto território amazônico e, ao mesmo tempo, flexibilizar o acesso a esses trabalhadores como mão de obra, a coroa tomou várias decisões, entre elas, extinguiu o poder temporal das ordens religiosas sobre os indígenas e restaurou a tutela sobre eles, tomou decisões sobre sua liberdade e direitos que favoreceram a instituição do "índio colono" (Souza Junior, 2009). Na prática, o que se assistiu foi o esvaziamento dos aldeamentos transformados em vilas e lugares, além das fugas e a resistência de indígenas ao trabalho exaustivo a que eram submetidos. Essas consequências atingiram também o serviço de construção de Mazagão.

Para dirimir as fugas e organização dos mesmos, os trabalhadores vinham de lugares diferentes. Vidal (2008) explica que essa prática, somada a política de atribuir nomes aportuguesados aos indígenas, da proibição das línguas indígenas e da língua geral, deixou nublada as possibilidades de identificar os indígenas aqui estudados por suas etnias ou traços culturais. Por estes motivos, os documentos estudados não são mais esclarecedores. Pautados pelo discurso colonizador, os indígenas de Mazagão são poucos documentados e, quando documentados, estão submetidos a carga de descrições que pouco lhes favorecem, sendo referidos de forma generalizada e inferiorizada.

No entanto, pormenorizados ou generalizados, os indígenas de Mazagão eram, antes de mais, humanos dotados de capacidade cognitiva, organização social distinta, sociedades vivas e palpitantes, que potencializavam ou restringiam o projeto português e, por isso, não podem ser reduzidos a "mão de obra"; ou pelo menos, vê-los apenas como mão de obra [...] esvazia os sujeitos históricos que foram aqueles seres humanos" (Oliveira; Almeida, 2016; Cambraia, 2018, p. 201). Não se trata, no entanto, de apenas dar visibilidade, pois, segundo Monteiro (1999, p. 239) "[...] o interesse pela história dos índios se choca com posturas historiográficas arraigadas desde longa data, quando muito, os deslocam para um passado remoto".

Neste sentido, cabe lembrar que os indígenas de Mazagão já estavam presentes nos escritos de Palma Muniz (1916) em princípios do século XX, mas não figuraram como parte relevante da história do lugar. Ao publicar nos "Annaes do Archivo Público do Pará" em 1916, Palma Muniz faz uma descrição pormenorizada da história de Mazagão, trazendo elementos anteriores a fundação da vila até o princípio do século XX. Ao escrever sobre o estabelecimento da vila, descreve o périplo do "intrépido aventureiro"⁹ Francisco Portilho de Melo do Rio Negro

⁹ Grifos do autor

à região do Cabo Norte, onde os indígenas descidos por Portilho se instalaram por último às margens do rio Mutuacá, no local onde foi encontrado uma “tapera” abandonada pertencente a Thomaz Luiz, chefe de uma “tribu de índios”, havendo também “[...] vestígios de habitações e algumas plantações” (Muniz, 1916, p. 389-399). Coincide com a transferência para a margem do mesmo rio os moradores do forte africano, em Marrocos. Os indígenas da construção da vila são citados por Lobo de Almada, que contabiliza os trabalhadores da obra de Mazagão em 1772, “150 operários e 122 índios” (Muniz, 1916, p. 413). Apesar de ficar explícito nos escritos de Muniz o uso de canoas para a transferência dos moradores Marroquinos para Mazagão, os trabalhadores remadores, com frequência indígenas, não serão lembrados. Cabe ressaltar o trabalho fundamental dos “índios” remadores na Amazônia, sem os quais, não seria possível perscrutar o território amazônico (Ferreira; Guzmán, 2014).

Não são, portanto, os indígenas de Mazagão sujeitos ocultos na escrita de um intelectual paraense do início do século XX, mas sim invisibilizados, pois estão presentes e contabilizados no texto de Muniz, mas ausentes na discussão enquanto agentes políticos e históricos. Ato contínuo até a década de 1990. Se faz necessário, deste modo, não só reverter sua invisibilidade, mas também corrigir o discurso colonizador e redirecionar as pesquisas, de modo que as vozes indígenas apareçam mesmo quando houverem tentativas de silenciamento.

A documentação conhecida sobre os indígenas da Vila de Nova Mazagão nos lança um laborioso desafio. Somadas as práticas assimilacionistas da coroa através das políticas pombalinas, pouco se pode perscrutar sobre a origem, etnia, cosmologia ou nomes destes agentes sociais. Palma Muniz (1916) informa que até 1740 não havia estabelecimento de nenhuma “aldeia” na região onde seria o município de Mazagão, mas havia, no Rio Anauerapucú, a existência de um importante mocambo no ano de 1749. Publicado no ano de 1944, o mapa etno-histórico do Brasil e regiões adjacentes de Curt Nimuendajú (2017)¹⁰, conforme a figura 1 abaixo, situa diversas etnias presentes desde o período colonial. Desta forma, mostra a existência dos Tokoyene (Arawak) em 1744, nas proximidades de onde se instalaria a Vila de Nova Mazagão, conforme recorte do citado mapa, figura 2.

¹⁰ A fonte aqui utilizada para retirar o mapa de Curt Nimuendajú é uma edição de livro de 2017 que foi publicada em formato digital. O livro foi baseado na edição impressa de 1981 e com ajustes que pretenderam manter características dos originais publicados na década de 1940. Esta publicação foi realizada pela parceria entre IPHAN e IBGE.

Assim, dentro dos limites aqui expostos e considerando as novas propostas analíticas acerca da história indígena a partir da década de 1990, buscaremos por meio da análise das obras sequentes observar quais tendências da Historiografia Indígena foram aplicadas. Cabe ressaltar que os trabalhos aqui analisados, não abordam exclusivamente os indígenas presentes na Vila, conquanto, ao tomarem a decisão de escrever sobre a Vila, voltaram seu olhar sobre o tema. Assim, faremos alguns apontamentos analíticos sobre como se deu a presença indígena em Mazagão¹¹, tendo como fontes duas dissertações de mestrado, uma tese de doutorado e um livro. Para nomear os dois primeiros itens sequentes, que correspondem as análises das dissertações, optamos por manter os títulos de suas respectivas dissertações, a exceção do tópico 2.3, onde a opção foi recorrer aos nomes dos autores das obras.

2.1 Festas devocionais em Mazagão Velho (AP): crenças e rituais na história de uma sociedade

Em sua dissertação, Noronha (2017) realiza um estudo sobre as festas devocionais que ocorrem no distrito de Mazagão Velho. Deste modo, busca nas raízes históricas do local elementos da religiosidade católica e na configuração social da Vila de Nova Mazagão a manutenção das festas devocionais, que considera possível através de um sistema de coesão social. Para tanto, realiza um estudo que abarcará os sentidos da religiosidade portuguesa, que irá traçar para o Brasil colonial políticas de colonização pautadas na imposição da fé católica e na conversão dos nativos. Do trabalho dos jesuítas para a disseminação da fé católica ao fortalecimento da religiosidade popular, traça o percurso de um severo aumento da influência do catolicismo sobre a sociedade colonial, evidenciando o papel das festas devocionais como elemento de manutenção cultural de práticas religiosas que irão perdurar aos dias atuais adquirindo novos sentidos. Sua pesquisa perpassa pela Mazagão Marroquina, pelo périplo dos Mazaganenses até a vila e as agruras do estabelecimento, evidenciando de forma direta a presença indígena como mão de obra na construção da vila e as fugas destes como forma de resistência.

Adriene dos Anjos Noronha se graduou em Administração no ano de 1996 e em História em 2008. Possui especialização em Gestão Cultural (2008) e especialização em História da Arte (2010). Concluiu mestrado em Ciências da Religião no ano de 2017 e atua na área de Patrimônio

¹¹ No decorrer do segundo capítulo usarei também o termo Mazagão para me referir a Vila de Nova Mazagão. Ao tratar da Mazagão Marroquina farei a devida identificação.

Histórico e cultural, Museus e Meio Ambiente, desenvolvendo diversos trabalhos relacionados¹².

De forma geral, sua discussão sobre os indígenas perpassa por uma descrição de sua presença na vila e da reprodução de informações das fontes visitadas. Assim, para a autora, os indígenas foram mão de obra para a construção da vila, propensa a fugas e ao roubo de alimentos ocasionados pela fome. Compreendemos aqui uma possível falta de aprofundamento na interpretação das fontes. Ao escrever sobre a análise do conteúdo, Aróstegui (2006, p. 325) esclarece que “[...] o objetivo não é conhece-la em si mesma mas ‘inferir’ alguma outra realidade distinta por meio dela”. Sobre a outra “realidade distinta” nos é possível pensar, a partir de leituras discutidas no início deste capítulo, as diferentes formas que estes trabalhadores indígenas se relacionavam diante das violências e imposições que os outros agentes lhes infringiam. Para melhor sistematização desta análise, primeiro analisaremos algumas citações do texto. Em um segundo momento tentaremos compreender a escolha metodológica da autora ao citar os indígenas de Nova Mazagão e se sua perspectiva esboça as novas tendências metodológicas para o estudo da história indígena.

Noronha traz um pequeno retrato de como se deu a presença indígena na vila, observando seu uso como mão de obra, o aportuguesamento de seus nomes às suas privações e fugas. Ao tratar dos nomes dos indígenas presentes em uma lista de trabalhadores, Noronha (2017, p. 53) assinala que:

Nessa época, os nativos que ali serviam já haviam sido catequizados pelos missionários que, anteriormente, habitaram a região. Interessante notar que a ‘Rellação de todos os índios q’ se achão no real serviço da obra da Villa de Mazagão’, apresenta o nome de 88 pessoas, sendo todos os nomes de origem portuguesa.

A autora conclui o parágrafo elencando alguns dos nomes presentes na lista. É importante ressaltar que os nomes nos documentos evidenciam parte de uma política da coroa que, a partir do Diretório, torna obrigatório o uso de nomes portugueses por parte dos indígenas, mas não só dos nomes, como também obrigava o aportuguesamento das construções das casas e das vestimentas (Sampaio, 2011). O parágrafo traz informações diversas sobre os indígenas da vila e, deste modo, a falta de contextualização com a informação dada pela autora faz parecer que a catequização foi responsável por esse avultoso número de indígenas com nomes portugueses. A obrigatoriedade do uso de nomes portugueses por parte da coroa pode explicar o número avultoso de nomes portugueses na lista, mas não subtende a aceitação dos indígenas

¹² Informações retiradas do currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/6872980851902689>.

por meio da catequese, que, a exemplo de alguns casos, se rebatizaram com o nome de Francisco Xavier de Mendonça Furtado como estratégia para criar situações de influência ou se investir do poder do mesmo (Souza Junior, 2010), fazendo de uma prática obrigatória instrumento de estratégia política.

Noronha apresenta os trabalhadores indígenas de Mazagão sem questionar incisivamente as fontes, propondo interpretações que se aproximam de justificativas às mazelas sofridas pela imposição do trabalho compulsório¹³ ou pela má administração da coroa. Ao esboçar os primeiros indígenas da vila, sujeitos ao trabalho compulsório, parece reproduzir o discurso do colonizador. Sobre a reação aos excessos do trabalho compulsório afirma que “frequentemente, **eles ocasionavam diversos problemas aos administradores**; os principais eram os casos de fugas” (Noronha, 2017, 53, grifo nosso). Em outro momento assinala que “em muitos casos, as fugas se davam, entre outros motivos, pela distribuição insuficiente de alimentos aos índios [...] **embora** houvesse, por parte dos governadores, requisição de mais mantimentos para também alimentá-los” (Noronha, 2017, p. 53-54, grifo nosso).

Não é incomum os excessos com as sociedades autóctones ao fazer uso de sua força de trabalho, primeiro escravizada, depois sob a “liberdade” imposta e relativizada¹⁴ na lei do Diretório. No entanto, o uso da palavra “embora”, sem uma problematização do sentido desta ação, terá uma conotação dúbia. Deste modo, a conjunção concessiva “embora” nos parece assinalar a inevitabilidade da fome infringida a estes agentes. Ambas as situações presentes nas citações acima foram seguidas de fugas, o que reforça (se assim colocadas) a ideia de um problema a que faltou, talvez, algum um ajuste por parte dos portugueses em relação a estes indivíduos. A ação assim proposta ignoraria qualquer ação/decisão, por parte dos indígenas, no sentido de redirecionar suas próprias vidas segundo suas vontades e necessidades, seja pela fuga, seja pelo furto ou mesmo pela adesão aos nomes portugueses. A autora, assim, não aprofunda a presença, a resistência e o protagonismo indígena na vila.

No entanto, não se trata de uma ideia concebida a partir apenas destes recortes, mas de uma construção sobre a figura do indígena criada no decorrer de sua dissertação. No primeiro

¹³ Brito (1998) nos apresenta como se deu o trabalho compulsório na Amazônia. A distribuição de indígenas para o trabalho é reordenada a partir da lei do Diretório, proibindo a escravização e determinando o pagamento dos trabalhadores indígenas, que, transformados em vassalos da coroa, eram arregimentados contra suas vontades e sem possibilidade de desistência. Afirma, assim, que “Com a imposição deste regime de trabalho verificou-se uma resistência constante devido as terríveis condições a que estavam submetidos” (Brito, 1998, p. 136). Para a autora, o trabalho compulsório se caracteriza como trabalho remunerado que prevê punição a quem se ausenta e que recruta contra a vontade do trabalhador, mas que se estabelece pela previsão de lucro por parte de quem trabalha.

¹⁴ Relativizada porque a lei dava a liberdade aos indígenas aldeados ou considerados aliados, mas aos indígenas inimigos era permitido a escravização ou o extermínio por meio das “guerras justas” e “resgates”. Para uma melhor compreensão da lei do Diretório, ver Sampaio (2011).

capítulo, ao falar sobre os primeiros contatos de religiosos com as sociedades indígenas, Noronha (2017, p. 33, grifo nosso) afirma que

[...] Claramente, apesar das recomendações expressas na lei, houve embates, resistências e mortes. Mas o desconhecimento de toda aquela situação e o **medo** levou os nativos a seguirem o caminho traçado pelos religiosos, que conseguiam atraí-los mais facilmente do que os colonos que lhes impingiam a escravidão.

Para os religiosos, todas as dificuldades que encontravam e tudo pelo que passavam era visto como parte de uma missão que, em nome de Deus, da Coroa portuguesa e de sua Ordem, deveria ser cumprida. Já para os indígenas, esse processo significou o extermínio de muitas etnias e uma mudança completa em suas vidas.

A autora nos remete a uma religiosidade que, ordenada ao estado e organizada seguindo princípios mais resilientes que os dos indígenas, sobrepõe sua vontade sobre os mesmos. Em contrapartida, nos remete a um indígena amedrontado diante da violência infringida pelos portugueses que opta pela aproximação com os religiosos para fugir da escravização.

Como Guzmán (2008) bem nos lembra, o medo foi usado como forma de “persuadir” os indígenas a aceitarem a fé cristã. Nos lembra também que a violência infringida por parte dos religiosos foi motivo de instabilidade nas missões e de fugas dos aldeamentos. O objetivo não é negar a influência que a igreja Católica exerceu durante o período colonial, no entanto, não foi um sistema perfeito de conversão através das práticas musicais e festas dos santos, mas sim um processo complexo onde, entre outras situações, houve resistência oferecida pelas sociedades indígenas às formas de conversão e à correção exercida pela igreja.

Um outro momento que percebemos que os indígenas não foram devidamente observados pela autora enquanto protagonistas de suas histórias, decorre do uso dos termos “aculturação” e “primitiva sociedade”. Vejamos o trecho abaixo:

O processo de **aculturação** no Brasil colonial envolveu o contato dos povos nativos com outra cultura totalmente desconhecida e distinta daquela aqui existente, gerando mudanças profundas nos valores socioculturais de nossa **primitiva sociedade** a partir da inclusão de novos elementos (Noronha, 2017, p. 33, grifos nossos).

Neste sentido, considerar como primitivas as sociedades indígenas no momento do contato com o colonizador, ignora a complexa estrutura política e social da qual elas vinham. O estudo de Roosevelt (1991) demonstra através de dados arqueológicos que existiram sociedades milenares com desenvolvimento político e estrutura social complexa, contrapondo a ideia de ocupação humana frágil no momento da colonização.

Quanto ao termo aculturação, usado de forma equivocada por Noronha (2017), trazemos aqui um outro elemento conceitual para refletirmos ou contrapormos o termo. Trata-se da ideia de dinâmica cultural, que ao meu ver seria mais adequado para se analisar as festas religiosas e rituais entre indígenas, negros e mazaganenses ao longo da história de contato desses povos. Sobre parte dos elementos relacionados as religiosidades católicas e de outras culturas que foram sendo agregadas com o tempo as festas de Mazagão, Ribeiro (2018) nos traz dados que explicitam a religiosidade indígena e africana na festa da Piedade, que é relacionada a uma festividade cristã de Mazagão. A mística que envolve o princípio da festa como o ritual festivo “assemelham-se ao Turé, uma festa realizada entre as famílias Karipunas [...] O Turé estar [*sic*] associado a pajelança, quem participa são aqueles que acreditam no poder do pajé ao qual o Turé pertence” (Ribeiro, 2018, p. 07).

Mesmo que não haja indicação do momento em que estes elementos passaram a fazer parte do ritual, claramente as crenças indígenas e africanas estão profundamente envolvidas na construção da festa de Piedade.

Desta forma, percebemos que o processo de colonização resultou em relações das mais diversas possíveis, e que a ideia de aculturação acaba por negá-las, caso não seja acompanhado da devida problematização. Este conceito se contrapõe também as novas tendências de interpretação da história indígena, onde o conceito de cultura é amplamente problematizado. Essas discussões ocorrem pelas intensas mudanças presentes na interação entre história e antropologia acerca do conceito de cultura: a história passou a considerar a cultura dos povos, indivíduos ou grupos como elemento explicativos das realidades sociais; e a antropologia passou a considerar a historicidade da cultura e seu dinamismo (Almeida, 2012a). Dinamismo esse que não é pertinente apenas nos estudos das sociedades indígenas contemporâneas, pois pode ser percebido também ao analisarmos as fontes coloniais, se tivermos um olhar mais crítico e atento as mesmas.

É possível inferir que a leitura que a autora faz sobre a permanência das festas aos dias atuais através de um processo de coesão social contribuiu para a invisibilização da presença indígena de longa duração. O que pode ser percebido na seguinte afirmação:

Os membros da comunidade de Mazagão Velho que organizam as festas devocionais e delas participam têm algo em comum, que cria e reforça os laços de solidariedade. É o fato de serem donos de uma mesma história e de terem no passado um forte fundamento para a sua existência. Isso fortalece a identidade daquelas pessoas, permitindo a continuidade da comunidade (Noronha, 2017, p. 99).

Ao tratar da presença indígena e africana na Mazagão colonial, a autora aventou, implicitamente, que a vila era composta por sociedades com histórias diferentes. Assinala ainda que, para Durkheim “o sentimento de cada pessoa a uma devoção faz parte de uma ‘grande força moral que os domina e os sustenta: a força coletiva’” (Durkheim apud Noronha, 2017, p. 90). No entanto, sua escrita eventualmente se refere a história daqueles não escravizados que atravessaram o atlântico e resistiram as agruras de suas mudanças, ou seja, se refere aos mazaganenses do Marrocos. Afinal, o período colonial foi vivido e compreendido de forma muito distinta por indígenas, africanos e seus descendentes.

Considera-se, portanto, que Noronha evidencia a presença indígena na vila, mas ignora o *modus operandi* desses agentes, suas influências, necessidades e diferenças culturais. Volto a ressaltar que a partir das fontes disponibilizadas sobre os indígenas na região, compostas por documentos oficiais, cartas e relatos de viagem, não é possível inferir suas identidades étnicas, suas cosmologias, seus modos de pensar ou compreender o mundo colonial. No entanto, num esforço interpretativo, é possível compreender de que forma as ações destes indivíduos dentro de um espaço limitado, contribuíram para influenciar em tomadas de decisões por parte da coroa em assuntos diversos, alguns presentes e amplamente discutidos nos documentos oficiais.

2.2 Do norte da África ao norte da Amazônia: Experiências de colonização, famílias e formação de elites em Nova Mazagão (1770-1808)

Martins (2015) apresenta em sua dissertação como se deu a ocupação portuguesa na fronteira do Cabo Norte, os entraves locais e externos e a formação de elites da terra. Esboça, por meio da discussão de algumas produções da historiografia regional, o pensamento de intelectuais paraenses do início do século XIX. Ao tratar dos mazaganenses, remonta suas histórias a partir da decisão do abandono do forte de Mazagão, as políticas da coroa para a mudança destes moradores para a Vila de Mazagão, as condições em que esse périplo se deu até a chegada na vila, fazendo uma análise social de como alguns dos futuros moradores da vila se articularam para obter privilégios, constituindo uma elite local em Nova Mazagão. Ao tratar dos dados demográficos presentes no Arquivo Público do Pará e no Arquivo Histórico Ultramarino, traça um panorama de como a sociedade mazaganense estruturava suas vidas. É a partir destas listas demográficas que Martins escreverá sobre os indígenas da vila.

Yure Lee Almeida Martins concluiu a graduação em História no ano de 2011, mestrado em História Social em 2015. Atuou como professor de História entre os anos de 2012 e 2018 e também possui experiências voltadas as áreas de ensino e circo¹⁵.

Ao tratar dos indígenas de Nova Mazagão, Martins explicita a presença destes povos como parte dos residentes não documentados da Vila. A dificuldade de identificação destes indivíduos, segundo Martins, se dá pela ausência da contabilização destes nos mapas de população da Vila. No entanto, identifica-os através das listas de trabalhadores que contabilizam os indígenas presentes, mas não dão descrição de quais funções assumiam, de seus nomes e de quais locais vinham. Assim, afirma Martins (2015, 63):

Como não há a identificação do ofício para todos fica difícil saber exatamente quais são os não-indígenas. No entanto a maioria dos trabalhadores é de outras vilas, com predominância de população indígena, o que nos leva a confirmar a presença pouco documentada destes nativos.

De forma geral, após apontamento sobre as fontes, faz observações quanto ao uso de indígenas para o projeto metropolitano como mão de obra, recrutados a partir do que determinava o Diretório. Segundo explicito textualmente na pesquisa, informa que no ano de 1772 não há uma clara distinção de indígenas e não-indígenas e, para abordá-los, não utiliza tabela demonstrativa, como faz em casos anteriores e posteriores de mazaganenses.

Sobre a contabilização dos indígenas, um documento proveniente da coleção do Naturalista Alexandre Rodrigues Ferreira, presente na Biblioteca Nacional, apresenta uma lista de 388 indígenas destinados ao serviço no pesqueiro real, Vila Vistosa, Vila de São José de Macapá e Vila de Nova Mazagão, onde 200 deles eram destinados para a vila de Nova Mazagão. Laurent Vidal (2008) aponta alguns documentos do Arquivo Público do Pará com o número de trabalhadores indígenas presentes na vila. Assim, Vidal contabiliza no ano de 1770 o envio de 103 “índios” para a vila. Em 1772 o número varia de 135 a 122. Em 1774 somam 88. Em outra tabela, organizada por funções de trabalho e lugares de envio destes trabalhadores, contabiliza 122 “índios” trabalhadores presentes em Mazagão. Em um recenseamento de 1772, Vidal (2008) observa os ofícios desenvolvidos por indígenas no trabalho da vila: Dos setenta e três artesãos, vinte e seis são de uma vila que organiza mão de obra indígena, os dezesseis serradores são “índios”, seis carpinteiros (do total trinta e nove) e três pedreiros (do total de quatorze).

Ao evidenciar a presença indígena, Martins descreve um cenário comum ao período colonial: o indígena é mão de obra para o projeto português regulada pelo Diretório e suas informações são pouco relatadas nos documentos oficiais. Portanto, é possível inferir da leitura

¹⁵ Informações retiradas do currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/1103357299047326>.

que Portugal tinha um projeto de colonização para o indígena que pretendia sua redução a trabalhador colono. Esse fato é presente e comum nas discussões em que o português colonizador subjuga a vontade dos povos originários. Apresentados como os primeiros a povoarem a vila, sem nomes, sem identidade e esvaziados de significado, os indígenas que Martins nos apresenta nos parecem apregoados a sombra do paradigma do “índio” invisível.

A ausência de uma discussão mais profunda, pormenorizada e com acuidade sobre os indígenas da vila pode significar uma escolha deliberada. Desta forma, depreende-se que “o silêncio não está desprovido de sentido, pois se origina do fato de que a linguagem é política e todo poder que se percebe na escrita é acompanhado de um silêncio em uma trama simbólica que permeiam os discursos” (Apolinário, 2011, p. 1-2). Partindo do pressuposto que as fontes não apresentam informações suficientes que permitam uma análise pormenorizada das sociedades autóctones, até mesmo o silêncio das fontes podem indicar vestígios e sinais para se repensar as ações políticas destas sociedades (Apolinário, 2011). Desta forma,

[a] documentação colonial foi produzida sobre a perspectiva da ‘redução’ do indígena à vida política e humana, então, o método etno-histórico indicado para a análise das fontes coloniais consiste precisamente em desideologizar as fontes (Meliá, 1997 *apud* Cavalcante, 2011, p. 359).

A partir desta perspectiva, é possível fazer uma análise social dos moradores da vila de Mazagão sem pensar profundamente o indígena construtor, remador, coletor, agricultor, entre as mais outras funções que lhes eram destinadas na vila? Ainda que não se possa fazer uma análise profunda de seu lugar social dentro das entranhas da sociedade que ali foi instalada, suas influências são perceptíveis. Mazagão nasce uma cidade indígena, seus primeiros trabalhadores e muitos traços de sua moradia são indígenas, convivem diariamente com os Mazaganenses em todo o período de estabelecimento da vila ainda que não perceptíveis a olho nu nos documentos e levantamentos oficiais.

É preciso compreender que essas sociedades eram autônomas, capazes, criativas e se relacionavam dentro do processo histórico segundo suas próprias escolhas e estratégias frente as violências que lhes foram infringidas. Não se trata, no entanto, de transformá-las para que se alcance este objetivo mais “humano” por parte do pesquisador, mas, em um sentido pragmático, devolver a estas sociedades suas histórias. Como afirma Oliveira e Almeida (2016, p. 10):

As populações autóctones não eram primitivas, inferiores em termos militares, econômicos e territoriais, nem incapazes de se autogovernar. Não eram também uma espécie rara de humanidade, avessa às mudanças e intercâmbios culturais, ausente de conflitos e contradições internas. Elas foram transformadas em ‘primitivas’ através da ação colonial [...].

Compreendemos uma sociedade portuguesa cujo o traço fulcral na busca por seu desenvolvimento estava na escravização, captura, assimilação e transformação das sociedades autóctones e africanas. Portanto, todo o juízo representado por esta sociedade está permeado por seus interesses. É no oposto a este sentido que operam as mudanças ocorridas a partir da década de 1990, repensando as políticas indigenistas portuguesas, tanto no âmbito da administração, quanto nas situações provocadas por interesses de grupos indígenas diversos (Apolinário, 2011).

Portanto, considero que a discussão sobre os indígenas presentes em Mazagão foi pouco explorada. A documentação utilizada visou apenas uma breve descrição das políticas da coroa para a aquisição de mão de obra e um breve levantamento quantitativo sobre os indígenas. Nesse aspecto, ainda que não se utilize de linguagem inadequada para se referir as sociedades indígenas, a análise de Martins (2015) não transpõe as barreiras do discurso colonialista, “pecando” pela ausência de aprofundamento sobre como a ação indígena influenciou as políticas indigenistas da vila e de seus moradores.

2.3 Laurent Vidal, Paulo Cambraia da Costa e os indígenas em Mazagão

O trabalho de Vidal (2008) tem como foco a história de uma cidade transplantada do outro lado do atlântico para a Amazônia, o de Costa (2018) a construção social da Amazônia setentrional através de um olhar sobre os seus múltiplos agentes. Cada um, a sua maneira, buscou compreender o complexo jogo de relações que estruturaram, moldaram e (re) significaram as sociedades sobre as quais se debruçam, mas o fizeram atentos as múltiplas relações estabelecidas nas sociedades conviventes neste meio, evidenciando o protagonismo das sociedades indígenas da vila de Nova Mazagão. Neste sentido, analisaremos individualmente as elaborações destes autores sobre os indígenas de Mazagão e como eles abordaram estas sociedades em suas obras. Posteriormente, de forma conjunta, buscaremos compreender quais as limitações de seus trabalhos diante dos pressupostos teóricos da nova história indígena.

Laurent Olivier Vidal se graduou em Ciência Política em 1987 e em licenciatura em História no ano de 1988. Se tornou mestre em História em 1990 e doutor em História em 1995. É professor de História Contemporânea da Universidade de La Rochelle e diretor de pesquisa em história do Brasil no Institut des Hautes Études de l'Amérique Latine (Sorbone). Foi

professor convidado em universidades federais brasileiras e é sócio correspondente estrangeiro do IHGB.¹⁶

Vidal (2008) aborda a presença indígena a partir do lugar em que a Mazagão Marroquina deve ser realocada. Os trabalhadores indígenas responsáveis pela construção da Vila de nova Mazagão também foram os seus primeiros moradores. Ponto nevrálgico em sua abordagem, considera estes trabalhadores como os “sem-rostro” da vila, onde o autor evidencia que uma quantidade significativa de informações, fundamentais para o estudo destes indígenas, se tornam inescrutáveis nas documentações disponíveis.

O autor demonstra os mecanismos legais do Diretório para a distribuição dos trabalhadores indígenas, as restrições de sua mobilidade e a instituição de um trabalho compulsório, apontando para dados significativos nas transferências de mão de obra indígena para a obra da vila. Salienta, porém, a impossibilidade de descrever quem eram estes indivíduos. Assevera que

Eles também são, de certa forma, ‘sem-rostro’, não sabemos a que etnia eles pertencem, nem se eram nômades ou sedentários; muito menos qual era seu grupo lingüístico. Sua vila de origem nada nos revela. [...] Forçados a residir em casas unifamiliares, eles eram proibidos de falar outra língua que não fosse o português; [...] No plano de Mendonça Furtado, as vilas constituem um instrumento privilegiado para ‘proceder à anulação da identidade das comunidades ameríndias’ (Vidal, 2008, p. 146-147, grifo nosso).

Evidencia, assim, os problemas assinalados no início deste capítulo, a obscuridade das fontes nos levam a uma inobservância do indígena enquanto ser distinto, complexo, pertencentes a denominações étnicas diversas: estão resumidos a um termo só. No entanto, ainda que como grupo tornado homogêneo, Vidal aponta para uma sociedade que não só nasce de raízes indígenas, mas dependente dela para seu soerguimento e manutenção.

Para os trabalhos realizados na vila, aponta para a importância dos indígenas na localização de materiais de construção. Consequente, identifica em sua pesquisa inúmeros profissionais indígenas especializados trabalhando na obra da vila. São dezesseis serradores “índios”, seis carpinteiros (do total trinta e nove) e três pedreiros (do total de quatorze) também indígenas; dos setenta e três artesãos, vinte e seis são de uma vila que organiza mão de obra indígena (Vidal, 2008, p. 150). Muitas técnicas utilizadas na construção das casas eram indígenas, com a falta de um forno para cozer telhas as primeiras coberturas eram de folhas de palmeiras trançadas. Desenha-se, desse modo, uma cidade primordialmente indígena, não só em sua estrutura física: são eles “que vão transmitir os rudimentos da vida amazônica aos

¹⁶ Informações retiradas do currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/9323071048329010>.

neomazaganenses, como ensinar a pescar e a consumir as tainhas e os peixes-bois” (Vidal, 2008, p. 188). Não são apenas aglomerados de informações espremidas de fontes pouco elucidativas, são informações que corroboram a existência de sociedades latentes que desenvolviam funções complexas, se relacionavam em seu cotidiano e transmitiam seus conhecimentos.

Sobre a diversidade de indivíduos presentes neste cotidiano, Vidal (2008, 187) afirma: “[...] raramente uma fundação urbana deu ocasião a coexistência de tantos grupos culturais: portugueses da metrópole, dos Açores e do Marrocos, escravos da África, índios da Amazônia, mouros e mazombos [...] vêm-se ombro a ombro no cotidiano dessa cidade dos confins”. Como nos Lembra Mota (2014, p. 7), não se pode pretender uma história analítica a partir do estudo embasado em uma única cultura, etnia, nacionalidade ou continente, pois “as populações humanas edificam suas culturas não no isolamento, mas nas suas relações socioculturais e recíprocas com outras populações”. Portanto, é no bojo das relações estabelecidas e evidenciadas por Vidal que os indígenas de Mazagão se estabelecem. Ainda que não identificadas suas identidades étnicas, é inegável sua relevância e autonomia no processo de erguimento da vila destinada a comportar a cidade que a coroa portuguesa deseja ver transplantada.

O processo de fugas, “uso” das sociedades indígenas para trabalhos forçados e de seus conhecimentos para obter benefícios são fatos presentes em uma historiografia que sobrepunha o colonizador em detrimento da vontade do colonizado. O que nos importa aqui é compreender como esses fatos nascem e se desenvolvem a partir da ação das sociedades indígenas, em suma, como se desenvolve o papel dos indígenas de Mazagão frente as ações coloniais dentro da pesquisa de Vidal. Neste sentido, é importante lembrar os efeitos perigosos que a ideia de tutela nos impingiu ao estudar as sociedades indígenas no período colonial, pois “Ela corresponde a uma prática discursiva que, supostamente, autoriza ver, registrar, falar e agir em nome de populações que foram colonizadas no processo de formação nacional, ignorando seus interesses e valores e abafando [...] suas vozes e demandas concretas” (Oliveira; Almeida, 2016, p. 11). Diante de todo o cenário apresentado por Vidal, apesar de sua limitação com as fontes, é o cotidiano indígena que nos fornece a cidade nascente. São os elementos cotidianos da vida daqueles que ocuparam a vila em seu primeiro momento que delinearão o seu porvir, e é o cotidiano daqueles que vivem o ambiente amazônico que instruirá aqueles de além mar. Ao assumir a interação entre culturas muito diversas, compreendeu a dinâmica social a que se submete esta vila da Amazônia colonial.

Costa (2018), inscreve sua pesquisa no período colonial e trata dos agentes e das relações estabelecidas na região do “Cabo do Norte”, bem como a fuga de escravizados e a formação de mocambos. Em seu primeiro capítulo, aborda questões fronteiriças relacionadas a administração portuguesa, através do Sebastião José de Carvalho e Melo, bem como evidencia o olhar de alguns agentes locais sobre os tratados demarcatórios para a região. Em seu segundo capítulo, se debruça sobre a formação de corpos de milícia na região, evidenciando as particularidades destas milícias, agindo tanto para defesa externa quanto interna, atuando tanto no combate as invasões estrangeiras quanto na fuga de escravizados. No terceiro capítulo, se dedica as viagens e expedições a serviço da coroa pela Guiana portuguesa, que terão o intuito de levantar informações para a orientação da defesa dos territórios portugueses na região. No quarto capítulo, aborda as políticas de consolidação das Vilas Vistosa, São José de Macapá e Nova Mazagão, que, juntas, deveriam formar a defesa da foz do rio Amazonas e das entradas para a região.

Paulo Marcelo Cambraia da Costa se graduou em História no ano de 2000. Se tornou mestre em história social em 2007 e doutor em história em 2018. É professor adjunto na Universidade Federal do Amapá, atuando no curso de Licenciatura em História e no Programa de pós-Graduação em História. Coordena o Grupo de Estudos Coloniais Amazônicos.¹⁷

Os capítulos de sua tese de doutorado se desenham de forma complementar, mas independentes entre si. Segundo o autor esta organização está baseada na forma de escrita de Edward Palmer Thompson. Portanto, utilizaremos para esta análise o quarto capítulo de sua tese, onde dedica a vila de Mazagão uma análise da administração portuguesa nos seus anos iniciais.

Costa (2018, p. 192-193) nos descreve Mazagão através do intento político de transformar a vila em um entreposto militar para a defesa da região, bem como em um lugar de produção agrícola “integrada ao sistema econômico da região”. Através da leitura de documentos oficiais sobre as movimentações da coroa por intermédio de seus agentes, apresenta-nos, entre as inúmeras ações do estado português, a distribuição de indígenas através de um grande número de transferência para a vila. O ponto fundamental de sua análise sobre Mazagão está posto nos atos da coroa ao tentar regular os serviços, o trabalhador, a produção e as construções, diante de eventos que não dependiam unicamente de suas decisões.

Costa (2018) não aprofundará em sua pesquisa sobre Mazagão os dados sobre os construtores da vila, tão pouco serão, estes construtores, ignorados. É através das ações do

¹⁷ Informações retiradas do currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/3670883739410203>.

estado e de seus planos muitas vezes infrutíferos, que veremos as imagens de agentes que somam para os rumos que o projeto português assume. Ao evidenciar que a colonização das fronteiras do Cabo Norte não dependia estritamente do estado e da sua capacidade de manter controle sobre o trabalho indígena ou sobre os negros escravizados, conclui:

Não estavam aquelas sociedades, portanto, limitadas aos ditames do sucesso ou fracasso das políticas de ocupação, colonização e defesa do território. Estavam aquelas vilas também potencializadas ou restritas por sujeitos que não podem ser vistos apenas como ‘mão de obra’; ou pelo menos, vê-los apenas como mão de obra, ao nosso entendimento, esvazia os sujeitos históricos que foram aqueles seres humanos (Costa, 2018, p. 201).

Portanto, na verve das decisões tomadas pela coroa e seus agentes, estão os sujeitos que interagem e se relacionam a margem de tais decisões. Ainda que sua pesquisa não produza enfaticamente uma História Indígena da Vila de Nova Mazagão, possui os elementos interpretativos que corroboram os métodos da etno-história. Confirma esta afirmação Carvalho Junior (2016, p. 65), já citado no início deste capítulo, para quem o protagonismo indígena é uma “ação política alicerçada em parâmetros significativos para o grupo que marcava sua existência autônoma”.

Conquanto, ainda que Vidal (2008) e Costa (2018) tragam elementos que corroboram a etno-história e contribuam para uma maior reflexão acerca da história indígena na Amazônia, poder-se-á dizer que constituem uma história indígena? Primeiro devemos compreender os caminhos que diferenciam os dois atos, pois, segundo Cavalcante (2003, p. 363), a etno-história não se restringe ao “domínio de nenhuma disciplina” e “se apresenta como uma metodologia potencialmente favorável para a construção de uma história indígena mais holística”. Nos apresenta também um norte quanto ao que devemos entender como história indígena e quando compreendida como história da presença indígena no Brasil. Enquanto a história indígena assim pensada aborda a história de grupos ou movimentos indígenas - tal qual se estuda, por exemplo, a história da América - a história da presença indígena no Brasil aborda a participação do indígena na história nacional, evidenciando os papéis destas sociedades (Cavalcante, 2003). Esta última proposta se apresenta ligada ao movimento que busca por fim ao silenciamento do papel das sociedades indígenas na historiografia nacional, cuja a participação na história se apresentava “sistematicamente oculta e inferiorizada” (Cavalcante, 2003, p. 366).

É importante compreender que a tese de Costa (2018) não tem como proposta elaborar uma história indígena ou mesmo uma história indígena de Mazagão e seu foco analítico está, essencialmente, nas relações estabelecidas na fronteira do Cabo Norte e na fuga de escravizados e formação de mocambos. No entanto, em muitos momentos aborda os diversos atores

relacionados na região e, ao tratar dos indígenas, o faz considerando pressupostos pautados pela nova historiografia indígena. Tão pouco a obra Vidal (2008) propõe elaborar uma história indígena. Ao tentar compreender os ritos de passagem de uma cidade que se transporta do outro lado do oceano para a fronteira da Amazônia, não tem por foco a elaboração de uma história sobre as sociedades indígenas ali presentes (nem a *priori* e nem a *posteriori*), apresenta-nos tão somente a impossibilidade de pensar a Vila de Nova Mazagão sem perscrutar o profundo envolvimento dos trabalhadores nativos da Amazônia para a construção social e política daquele lugar.

Podemos refletir sobre as quatro pesquisas aqui apresentadas na observação feita a mais de três décadas sobre os desafios do historiador diante da história indígena no Brasil:

Neste contexto, ainda que de forma apenas incipiente, a história indígena lança no Brasil um duplo desafio. Por um lado, **cabe ao historiador recuperar o papel histórico de atores nativos** na formação das sociedades e culturas do continente, revertendo o quadro hoje prevalecente, marcado pela **omissão** ou, na melhor das hipóteses, por uma **visão simpática** aos índios mas que os enquadra como vítimas de poderosos processos externos à sua realidade [...] Por outro, e muito mais complexo, faz-se necessário repensar o significado da história a partir da experiência e da memória de **populações que não registraram — ou registraram pouco - seu passado** através da escrita (Monteiro, 1995, p. 227, grifos nossos).

No tempo decorrido entre 1995 e 2018, no caso das obras de Noronha e Martins, é possível observar um quadro de omissão ou de “visão simpática” sobre os indígenas. E no caso das obras de Vidal e de Costa vemos refletido o problema de uma sociedade (ou várias) que não deixou registro próprio e precisa ter a sua história repensada ou mesmo inserida nos processos históricos dos quais foi excluída, perscrutando uma documentação que pretendia seu apagamento étnico, identitário, político e cultural.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Compreendemos que negros Africanos escravizados também foram presentes e ativos na Vila de Nova Mazagão. No entanto, consideramos importante que as origens de uma Mazagão, digamos, não marroquina, seja visibilizada. Desse modo, podemos contribuir para a não invisibilização das Histórias Indígenas. Não se nega que, apesar de em seu princípio a Vila de Nova Mazagão conter moradores majoritariamente indígenas, negros africanos e seus descendentes posteriormente também irão compor a vila. Em um quadro informando dados de recenseamentos da vila apresentado por Vidal (2008, p. 124), o número de cativos africanos no ano de 1773 é de 115 de 543 habitantes, já em 1777 é de 526 de 1768 habitantes. Esta composição demográfica (com elevado número de trabalhadores africanos escravizados) está relacionada ao caráter de proteção militar pensado para a vila e de colonização baseada na produção agrícola (Costa, 2018). Contabilizou-se, assim, um número significativo de negros na região.

Os anos que se seguiram a criação da vila foram marcados por inúmeros problemas, como o alto índice de crises epidêmicas, levando ao seu abandono por grande parte das famílias mazaganenses. Neste sentido, Ribeiro (2018) assevera que faltam pesquisas profundas e extensas que busquem compreender a permanência de negros africanos e seus descendentes em Mazagão após este período. A presença do negro no período colonial foi projetada também na Mazagão dos dias atuais. Véronique Boyer (2009) esclarece que enquanto a presença portuguesa remete ao passado da vila, a presença do negro se inscreve no presente.

A exclusão destes sujeitos históricos na análise desta pesquisa merece uma explicação. Apesar de compreendermos a necessidade de olhá-los na formação e continuidade da vila, esbarramos em algumas limitações. A primeira limitação diz respeito a escolha temática. A história da vila de Mazagão nos pareceu um tanto incipiente no que diz respeito às sociedades indígenas ali presentes, pois, apesar de a história indígena ser um campo de estudo difundido a partir da década de 1990, não localizamos até o momento de escrita deste texto nem um trabalho que pudesse ser considerado uma história indígena da vila. Desta forma, se fez necessário tentar compreender como se deram as mudanças metodológicas na produção historiográfica sobre a Vila de Mazagão nos trabalhos de historiadores que a abordaram neste período. Outra limitação diz respeito a necessidade de impor limites a pesquisa e a acuidade com que conseguiríamos tratar a temática, o que não nos permitiu a extensão deste trabalho à presença negra na Vila. Por fim, a emergente necessidade de compreender, nas palavras de Boyer (2009, p. 22), a “indizibilidade ameríndia”, que denota a exclusão dos indígenas como parte ascendente da população local, nos fez querer compreender como estava sendo escrita a história destes

indivíduos nas produções sobre a história de Mazagão. Estes agentes, apesar de responsáveis pelo soerguimento da vila, pouco ou nada figuram na memória dos atuais moradores do distrito de Mazagão Velho.

No entanto, os indígenas da Vila de Nova Mazagão são sujeitos históricos inestimáveis para a compreensão do papel fundamental que os povos originários tiveram na construção do mundo colonial. O conhecimento destes povos foi elemento *sine qua non* para a sobrevivência de estrangeiros em uma terra que lhes era estranha e, muitas vezes, “inóspita”. Todavia, entrever suas particularidades em documentos que não lhes representam e que contribuíram para o seu silenciamento é um trabalho árduo. Olhar nas entrelinhas do discurso colonizador e extrair dados para uma reconstrução destes sujeitos enquanto agentes históricos, no caso de Mazagão, tem muitas limitações. As fontes, ainda que bem inquiridas, não informam dados para uma possível análise de suas identidades, os descrevem como grupos uniformes e oriundos de diversas vilas e lugares. Diante desta realidade documental sobre os indígenas de Mazagão, é possível a construção de sua história indígena? As informações ali contidas são minimamente suficientes para a construção desta perspectiva histórica?

Precisamos refletir que pensar a Mazagão colonial a partir da perspectiva de uma história que se pretende apenas indígena, considerando que seja possível, talvez represente isolar uma sociedade que estabeleceu relações com outros indivíduos e com agentes do estado, uma sociedade que absorveu e assumiu papéis que foram fundamentais para a sua sobrevivência ou obtenção de privilégios. A vila de Mazagão representou o nascimento de uma cidade indígena em seu princípio: “os construtores são índios, as técnicas de construção são indígenas e os primeiros ocupantes do sítio são majoritariamente índios. É, portanto, uma cidade indígena que se prepara para acolher os primeiros mazaganenses” (Vidal, 2008, p. 153). No entanto, irão conviver ali vários grupos culturais distintos, se relacionando em seu cotidiano.

Por fim, talvez não seja possível à luz da documentação atual sobre a vila conceber uma história indígena para a Mazagão colonial, pois representaria um grupo homogeneizado e sem identidade étnica ou cultural, mas é possível inferir da documentação que indígenas, bem como outros agentes, não foram acessórios nas tramas portuguesas e por isso o olhar inquiridor sobre as produções deste período será sempre fundamental.

Sobre as obras aqui analisadas, a dicotomia entre as formas de olhar os indígenas da Vila de Mazagão externa uma preocupação sobre a importância dada as discussões que pretendem que estes agentes tenham o seu lugar de direito na construção de suas histórias e das histórias do Brasil surgidas a partir da ocupação portuguesa. A atenção dada a estas sociedades a partir da historiografia clássica precisa ser urgentemente ultrapassada e compreendida como

parte de um processo enraizado em conceitos coloniais e que não servem como paradigma para as discussões atuais. Neste sentido, a historiografia clássica contribuiu para a elaboração de elementos presentes em uma suposta identidade brasileira que hostilizou a figura do “índio” e do negro no processo de construção da história nacional. De outro modo, as obras que se propuseram a discutir a presença destes indivíduos de forma atenta aos novos rumos que a historiografia vem tomando denotam os reflexos positivos das discussões feitas, no decorrer das últimas três décadas, sobre e a partir da história indígena e da etno-história.

Este trabalho não esgota a discussão sobre os indígenas da vila de Mazagão. Não esclarece, por exemplo, de que forma eles são (ou não) retratados no livro didático que atende a região. Não nos responde como as produções acadêmicas estão contribuindo com o ensino básico e com a comunidade para a compreensão da importância dos indígenas na construção de suas histórias. Não nos aponta como a lei nº 11.645, de 10 março de 2008, que torna o ensino de história indígena obrigatório, contribui para o enriquecimento do processo de aprendizagem da história local a partir de sua fundação e como este aprendizado se relaciona com a comunidade. É importante notar que a Mazagão atual é um lugar permeado por festas religiosas e culturais que expressam como a comunidade se relaciona com o passado do lugar onde moram. No entanto, a memória que carregam deste passado é majoritariamente negra e portuguesa. É possível que se estabeleça aí questões que envolvam disputas de memória¹⁸ que inviabilizam, por fim, a compreensão do papel fundamental dos indígenas para a fundação da vila.

Os diversos olhares, as políticas, os processos, as memórias e vivências que permeiam a consciência dos atuais mazaganenses sobre a formação histórica do local onde vivem são elementos ausentes neste trabalho, que se propôs olhar dentro das obras sobre Mazagão a construção do seu passado sem compreender de forma mais profunda as relações que se estabelecem com o seu presente e os significados deste passado para os atuais moradores de Mazagão. Estas são as muitas ausências relacionadas ao nosso tema que poderiam e ainda podem enriquecer e contribuir para a discussão sobre os povos originários na fundação de nossas histórias.

¹⁸ As disputas que nos apresenta Veronique Boyer (2009) na festa do divino, sobre a tentativa de separação do Marabaixo dos elementos religiosos, o sagrado do profano, ilustra uma tentativa de separação do que representa a memória da cultura africana de uma religiosidade presente fortemente na memória portuguesa do lugar expressa em suas diversas festas devocionais ao longo do ano. Há também a tentativa de retorno do sairé, no distrito de carvão, dança considerada indígena e que remonta ao período colonial de convívio entre indígenas e jesuítas. Segundo Pollak (1989, p.5), a cisão entre “memória oficial e dominante e memórias subterrâneas” pode ocorrer também entre “grupos minoritários e sociedade englobante”.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, Maria Regina Celestino de. **Os índios na história do Brasil**. Rio de Janeiro: editora FGV, 2010.

ALMEIDA, Maria Regina Celestino de. História e Antropologia. *In*: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo. (Org.). **Novos Domínios da História**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012a.

ALMEIDA, Maria Regina Celestino de. Os índios na História do Brasil no século XIX: da invisibilidade ao protagonismo. **Revista História Hoje**, São Paulo, v. 1, n. 2, p. 21-39, 2012b. Disponível em: <https://doi.org/10.20949/rhhj.v1i2.39>. Acesso em: 21 jul. 2023.

APOLINÁRIO, Juciene Ricarte. Documentos e Instrumentos de pesquisa de História Indígena e do Indigenismo d'Aquém e d'Além-Mar Atlântico: uma discussão “necessária, urgente e inadiável”. *In*: **Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH**. São Paulo, 2011. Disponível em: https://anpuh.org.br/uploads/anais-simposios/pdf/2019-01/1548856590_1f999b09e4fe50ce0f6f92de8c946e78.pdf. Acesso em: 05 jan. 2024.

ARAÚJO, Ana Valério e *et all*. **Povos Indígenas e a lei dos “Branços”**: o direito à diferença. Brasília: MEC/SECAD; LACED/Museu Nacional, 2006.

ARENZ, Karl Heinz. “Não sem (o) norte”: a Amazônia colonial na recente seara historiográfica (1990-2020). **Temas Americanistas**, [s.l.] n. 47, p. 21-43, Dez/2021. Disponível em: <https://doi.org/10.12795/Temas-Americanistas.2021.i47.03>. Acesso em: 02 abr. 2023.

ARÓSTEGUI, Júlio. **A pesquisa histórica**: Teoria e método. Bauru-SP: Edusc, 2006.

BOSCHI, Caio César. Projeto Resgate: História e arquivística (1982-2014). **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 38, n. 38, p. 187-208, 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1806-93472018v38n78-09>. Acesso em: 03 dez. 2022.

BOYER, Véronique. Passado português, presente negro e a indizibilidade ameríndia: o caso de Mazagão Velho. **Religião e Sociedade**, Rio de Janeiro, v. 28, n. 2, p. 11-29, 16 jan. 2009. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0100-85872008000200002>. Acesso em: 18 mar. 2023.

BRITO, Cecília Maria Chaves. Índios das “corporações”: trabalho compulsório no Grão-Pará no século XVIII. *In*: MARIN, Rosa Elizabeth Acevedo (org.). **A Escrita da história paraense**. Belém: NAEA/UFPA, 1998, p. 115-137.

CARVALHO JUNIOR, A construção dos índios pelo Ocidente e seus corpos indomados (Amazônia, séculos XVII e XVIII). *In*: Souza, Fábio Feltrin de; Wittmann, Luisa Tombini (orgs.) **Protagonismo indígena na história**. Tubarão: Copiart; Erechim: UFFS, 2016. p. 57-86. (Coleção Educação para as relações étnico-raciais).

CAVALCANTE, Thiago Leandro Vieira. Etno-história e história indígena: questões sobre conceitos, métodos e relevância da pesquisa. **Revista História**, São Paulo, v. 30, n. 1, p. 349-371, jan./jun. 2011. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0101-90742011000100017>. Acesso em 05 nov. 2023.

CERTEAU, Michel de. **A escrita da história**. 3. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2013.

COELHO, Mauro Cezar. **Do Sertão para o Mar – Um estudo sobre a experiência portuguesa na América, a partir da Colônia**: o caso do diretório dos índios (1751-1798). Tese de Doutorado. Programa de Pós-Graduação em História Social – USP, São Paulo, 2005. Disponível em: DOI 10.11606/T.8.2006.tde-08062006-085817. Acesso em: 04 jun. 2023.

COELHO, Mauro Cezar. “Monstruoso Systema (...) Intrusa e Abusiva Jurisdição”: O Diretório dos Índios no discurso dos agentes Administrativos coloniais (1777-1798). **Revista de História**. São Paulo, n. 168, p. 100-130, jan./jun. 2013. Disponível em: <https://doi.org/10.11606/issn.2316-9141.v0i168p100-130>. Acesso em 21 nov. 2022.

CUNHA, Manuela Carneiro da. (Org.). **História dos Índios no Brasil**. São Paulo: Cia das Letras, 1992.

DIAS, C. L.; BOMBARDI, F. A.; COSTA, E. Dimensão da população indígena incorporada ao Estado do Maranhão e Grão-Pará entre 1680 e 1750: uma ordem de grandeza. **Revista de História**, São Paulo, n. 179, p. 1-31, 2020. DOI: 10.11606/issn.2316-9141.rh.2020.163670. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/revhistoria/article/view/163670>. Acesso em: 27 set. 2022.

FARAGE, Nádia. **As muralhas do Sertão: os povos indígenas no Rio Branco e a colonização**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991.

FERREIRA, Elias Abner Coelho; GUZMÁN, Décio de Alencar. “Porque sem eles [...] é não terem asas para voar, nem pés para caminhar...”: os índios remeiros na Amazônia colonial. Um estudo a partir da crônica do padre João Daniel (1741-1776). *In*: CHAMBOULEYRON, Rafael; ARENZ, Karl-Heinz (orgs.). **Anais do IV Encontro Internacional de História Colonial. Histórias e memórias indígenas**. Belém: Editora Açaí, volume 11, 2014.

FREYRE, Gilberto. **Casa-grande & senzala**. 51. ed. São Paulo: Global Editora, 2006.

GONTIJO, Rebeca. Capistrano de Abreu. Viajante. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 30, n. 59, p. 15-36, 2010. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0102-01882010000100002>. Acesso em: 02 mar. 2023.

GUZMÁN, Décio de Alencar. A colonização nas Amazônias: Guerras, comércio e escravidão nos séculos XVII e XVIII. **Revista estudos amazônicos**, Belém, v. 3, n. 2, p. 103-139, 2008. Disponível em: https://pphist.propesp.ufpa.br/ARQUIVOS/documentos/2022_Organiza%C3%A7%C3%A3o%20de%20livro_01_Estudos%20Amaz%C3%B4nicos%20em%20Revista_Vol%201.pdf. Acesso em: 19 abr. 2024.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Raízes do Brasil**. 26. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

LOBATO, Sidney da Silva. Lições da história da Amazônia: a obra de Arthur Cézar Ferreira Reis. *In*: OLIVEIRA, Augusto; RODRIGUES, Randolfé (Org.). **Amazônia, Amapá**: escritos de História. Belém: Paka-Tatu, 2009, p. 77-101.

MAESTRI, Mário. Gilberto Freyre: Da Casa-Grande ao Sobrado – gênese e dissolução do patriarcalismo escravista no Brasil: Algumas considerações. *In: II Ciclo de estudos sobre o Brasil*, São Leopoldo: EdiUnisinos, p. 3-31, 2004. Disponível em: <<https://www.ihu.unisinos.br/images/stories/cadernos/ihu/006cadernosihu.pdf>>. Acesso em: 02 mar. 2023.

MARTIUS, Karl Friedrich Philipp von. Como se deve escrever a História do Brasil. **Revista do IHGB**. Rio de Janeiro, n. 24, p. 389-411. Jan. 1845. Disponível em: https://www.academia.edu/16092043/Como_se_deve_escrever_a_Historia_do_Brasil_Author_s_Karl_Friedrich. Acesso em: 25 jul. 2022.

MONTEIRO, John Manuel. Armas e Armadilhas: história e resistência dos índios. *In: NOVAES, Adalto (org.). A Outra margem do ocidente*. São Paulo: Companhia das Letras, 1999, p. 237-249.

MONTEIRO, John Manuel. O desafio da história indígena no Brasil. *In: SILVA. Aracy Lopes da; GRUPIONI, Luiz Donizete Benzi (org.). A temática indígena na escola: novos subsídios para professores de 1º e 2º graus*. Brasília: MEC/MARI/UNESCO, 1995, p. 221-236.

MONTEIRO, John Manuel. **Negros da terra: índios e bandeirantes nas origens de São Paulo**. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

MONTEIRO, John Manuel. **Tupis, tapuias e historiadores: Estudos de História Indígena e do Indigenismo**. Tese de Livre Docência em Etnologia – UNICAMP, Campinas, 2001. Disponível em: <http://biblioteca.funai.gov.br/media/pdf/TESES/MFN-12944.pdf>. Acesso em: 21 maio 2024.

MOREIRA, Vânia Maria Losada. História, etnia e nação: o índio e a formação nacional sob a ótica de Caio Prado Júnior. **Memória Americana**, Buenos Aires, v. 16, n. 1, p. 63-84, 2008. Disponível em: <http://revistascientificas.filo.uba.ar/index.php/MA/issue/view/755/139>. Acesso em: 02 jun. 2023.

MOTA, Lúcio Tadeu. Etno-história: uma metodologia para abordagem transdisciplinar da história de povos indígenas. São Paulo, **Patrimônio e Memória**, v. 10, n. 2, p. 5-16, jul./dez. 2014. Disponível em: <https://pem.assis.unesp.br/index.php/pem/article/view/463/750>. Acesso em: 05 nov. 2023.

MUNIZ, Palma. Município de Mazagão. *In.: Annaes da Bibliotheca a Archivo Público do Pará*. Belém, tomo IX, p. 385-515, 1916.

NASCIMENTO, Alan Marcionilo do. **História e Direitos Humanos: a construção de representações sobre os povos indígenas na historiografia brasileira**. Dissertação de Mestrado. Recife, 2019. Disponível em: <https://repositorio.ufpe.br/bitstream/123456789/35540/1/DISSERTA%c3%87%cc3%83O%20Alan%20Marcionilo%20do%20Nascimento.pdf>. Acesso em: 05 jun. 2022.

NIMUENDAJÚ, Curt. **Mapa etno-histórico do Brasil e regiões adjacentes**. 2 ed. Brasília, DF: IPHAN: IBGE, 2017. Disponível em:

http://portal.iphan.gov.br/uploads/publicacao/livro_mapa_etno_historico_do_brasil_2017.pdf. Acesso em: 08 maio 2024.

OLIVEIRA, João Pacheco de; ALMEIDA, Maria Regina Celestino de. Prefácio. *In*: Souza, Fábio Feltrin de; Wittmann, Luisa Tombini (orgs.) **Protagonismo indígena na história**. Tubarão: Copiart; Erechim: UFFS, 2016. p. 7-14. (Coleção Educação para as relações étnico-raciais).

OLIVEIRA, Jorge Eremites de. Sobre os Conceitos de Etnoistória e História Indígena: Uma discussão ainda necessária, *In*: **Anais do XXII Simpósio Nacional de História – ANPHU**. João Pessoa, 2003. Disponível em: https://anpuh.org.br/uploads/anais-simposios/pdf/2019-01/1548177543_7aeb72696fef11d8030359addc808eea.pdf. Acesso em: 03 nov. 2023.

PAZ, Adalberto. Classe, cor e etnia nas legislações de compulsão ao trabalho na Amazônia. **Mundos do Trabalho**. Florianópolis. V 12, p. 1-28, 2020. Disponível em: DOI <https://doi.org/10.5007/1984-9222.2020.e72949>. Acesso em: 02 jun. 2021.

POLLACK, Michael. Memória, Esquecimento, Silêncio. **Revista Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, p. 3-15, jun. 1989. Disponível em: <https://periodicos.fgv.br/reh/article/view/2278/1417>. Acesso em: 08 abr. 2022.

PORRO, Antonio. **Povos das Águas: ensaios de etno-história amazônica**. Rio de Janeiro: Vozes, 1995.

PRADO JR, Caio. **Formação do Brasil contemporâneo: colônia**. São Paulo: Companhia das letras, 2011.

REIS, José Carlos. **As identidades do Brasil: de Varnhagen a FHC**. 9 ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2007.

REIS, José Carlos. Capistrano de Abreu (1907): O surgimento de um povo novo: o povo brasileiro. **Revista de História**, São Paulo, n. 138, p. 63-82, jun. 1998. DOI: 10.11606/issn.2316-9141.v0i138p63-82. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/revhistoria/article/view/18843>. Acesso em: 26 out. 2023.

RIBEIRO, Karina Nymara Brito. AS TRADIÇÕES QUE NARRAM O PASSADO: trajetória, resistências, memórias e narrativas. *In*: História Oral e a expansão do registro audiovisual, 14, 2018, São Paulo. **Anais do XIV Encontro Nacional de História Oral**. São Paulo: UNICAMP. Disponível em: https://www.encontro2018.historiaoral.org.br/resources/anais/8/1525097352_ARQUIVO_AR TIGONYMARA-EH0docx.pdf. Acesso em: 02 fev. 2024.

ROOSEVELT, Anna C. Determinismo ecológico na interpretação do desenvolvimento social indígena da Amazônia. *In*: NEVES, Walter A. (org.). **Origens, adaptações e diversidade biológica do homem nativo da Amazônia**. Belém: MPEG/CNPq/SCT/PR, 1991, p. 103-141.

SAMPAIO, Patrícia Maria Melo. **Espelhos partidos: etnia, legislação e desigualdade na Colônia**. Manaus-AM: Editora Universidade Federal do Amazonas, 2011.

SANTOS, Kleber Rodrigues. **Representações sobre indígenas em textos escritos e imagéticos de livros didáticos em história do Brasil (1920/2010)**. 2012. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal de Sergipe, 2012. Disponível em: https://ri.ufs.br/bitstream/riufs/4854/1/KLEBER_RODRIGUES_SANTOS.pdf. Acesso em: 02 mar. 2023.

SOUZA JUNIOR, José Alves de. **Tramas do cotidiano: Religião, política guerra e negócios no grão pará do setecentos**. Um estudo sobre a Companhia de Jesus e a política pombalina. 2009. 427 f. Tese (Doutorado em História) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2009.

VAINFAS, Ronaldo. **A Heresia dos Índios: Catolicismo e rebeldia no Brasil colonial**. São Paulo: companhia das Letras, 1995.

VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. **História Geral do Brasil**. Rio de Janeiro: E. & H. Laemmert. 2^a ed. 1877. (Biblioteca do senado). Disponível em: <http://www2.senado.leg.br/bdsf/handle/id/242428>. Acesso em: 25 jul. 2022.

VIEIRA JUNIOR, Antonio Otaviano. “A necessidade carece de ley”: valorização da mão de obra indígena e africana no Grão-Pará (1748-1778). **Topoi**, Rio de Janeiro, v. 20, n 42, p. 704-728, set./dez. 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/2237-101X02004208>. Acesso em: 13 jun. 2022.

FONTES

Arquivo Histórico Ultramarino. **Conselho Ultramarino**. Brasil-Pará, cx 70, d. 5993, 07-04-1773.

Biblioteca Nacional. **Coleção Alexandre Rodrigues Ferreira**. Detalhe dos índios determinados aos diferentes reais serviços de Macapá, Vila Vistosa, Mazagão e Pesqueiro Real; regulado o dito detalhe por portarias de 18 de março de 1774 e de 9 de novembro do mesmo ano. CEBH n 6141, v. 72, p. 127, Cat. 139, ano de 1774. Disponível em: http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_manuscritos/mss1456752/mss1456752.pdf. Acesso em: 14 Fev. 2024.

COSTA, Paulo Marcelo Cambraia da. **Em verdes labirintos: a construção social da fronteira franco-portuguesa (1760-1803)**. 2018. Tese de doutorado. Doutorado em História Social - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2018. Disponível em: <https://tede2.pucsp.br/bitstream/handle/21168/2/Paulo%20Marcelo%20Cambraia%20da%20Costa.pdf>. Acesso em: 07 Maio 2024.

MARTINS, Yure Lee Almeida. **Do norte da África ao norte da Amazônia: experiências de colonização, famílias e formação de elites em Nova Mazagão (1770-1808)**. Dissertação de Mestrado - Programa de Pós-Graduação em História Social, UFPA, Belém, 2015. Disponível em: <https://pphist.propesp.ufpa.br/ARQUIVOS/dissertacoes/Ms%202010%20Yuree%20Lee%20Almeida%20Martins.pdf>. Acesso em: 20 out. 2023.

NORONHA, Adriene dos Anjos. **Festas devocionais em Mazagão Velho (AP): crenças e rituais na história de uma sociedade**. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em ciência da Religião – PUCMG, Belo Horizonte, 2016. Disponível em: http://www.biblioteca.pucminas.br/teses/CiencReligiao_NoronhaAA_1.pdf. Acesso em: 20 out. 2023.

VIDAL, Laurent. **Mazagão, a cidade que atravessou o atlântico: Do Marrocos a Amazônia (1769-1783)**. São Paulo: Martins Fontes, 2008.